



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 03 de dezembro de 2025

N.º 04A/2025

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Antes do início da presente reunião ordinária da Câmara, tomaram posse alguns membros do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal, sendo a cópia do respetivo auto de posse anexada à presente ata, regista sob o n.º 1.

A reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Maria do Carmo Pato Tiago (SET-V25), Fernando Miguel Catarino José (PS), António Carlos Almeida Cachaço (CH), Paulo Manuel Maia da Silva (SET-V25), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Edgar Alberto Cardim de Jesus (CH), Bruno Miguel de Almeida Russo (SET-V25) e Ana José Manita Vaz de Carvalho (PS).

A senhora Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, ficando o pedido de substituição arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 71A/2025 – Proposta n.º 08A/2025 – GAP – Aprovação da Penúltima e Última Ata do Mandato Anterior**
 - 2. **Deliberação n.º 72A/2025 – Proposta n.º 09A/2025 – GAP – Representante do Município na Associação da Baía de Setúbal**
 - 3. **Deliberação n.º 73A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – GAP - Representante do Município na ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida**
 - 4. **Deliberação n.º 74A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – GAP - Representantes do Município na AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal**
 - 5. **Deliberação n.º 75A/2025 – Proposta n.º 12A/25/GAP - Designação dos membros do Conselho de Administração da Fundação Escola Profissional de Setúbal**
 - 6. **Deliberação n.º 76A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DCDJ – Plano de Recuperação e Resiliência – Bairros Comerciais Digitais/Setúbal Connect – Protocolo Easy Pay**

7. **Deliberação n.º 77A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DCDJ/DIDES – Representação do Município de Setúbal no Conselho de Curadores e Fundadores da Fundação do Desporto**
8. **Deliberação n.º 78A/2025 – Proposta n.º 06A/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Setúbal - Isenção de 50% do total da taxa de utilização de instalação desportiva municipalo**
9. **Deliberação n.º 79A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DEB/DIAPE – Parecer para Regime de Exceção dos Horários Duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal 2025/2026**
10. **Deliberação n.º 80A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DEB/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Conselho 2025/2029 - RETIRADA**
11. **Deliberação n.º 81A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DURB/GARIU – Pedido de ocupação de espaço público com viatura móvel e tenda de apoio – Ratificação – Processo n.º 13/22**
12. **Deliberação n.º 82A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DURB/GARIU – Publicidade exterior móvel com suporte sonoro – Ratificação – Processo n.º 108/25**
13. **Deliberação n.º 83A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DURB/GARIU – Captações de imagens com pedido de isenção de taxas - Processo n.º 116/25 - RETIRADA**
14. **Deliberação n.º 84A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DURB/GAPRU – Cessação de efeitos jurídicos das zonas de pressão urbanísticas da ARU Azeitão e da ARU Setúbal - Processo n.º 16/23**
15. **Deliberação n.º 85A/2025 – Proposta n.º 57A/2025 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de fundos de maneió**
16. **Deliberação n.º 86A/2025 – Proposta n.º 58A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta do Postigo da Pedra, n.º 19, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 87A/2025 – Proposta n.º 59A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.º 18 3.º, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 88A/2025 – Proposta n.º 60A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 3, R/C Esq.º em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 89A/2025 – Proposta n.º 61A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 3, 5.º B em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 90A/2025 – Proposta n.º 62A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório de Freitas, n.º 19 em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 91A/2025 – Proposta n.º 63A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Carlos Ary dos Santos, n.º 13 em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 92A/2025 – Proposta n.º 64A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 25, R/C Dt.º, em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 93A/2025 – Proposta n.º 65A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínia Silva, n.º 5, 2.º Dt.º, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 94A/2025 – Proposta n.º 66A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, 4.º Dt.º, em Setúbal**

25. **Deliberação n.º 95A/2025 – Proposta n.º 67A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Freire, n.º 1B, em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 96A/2025 – Proposta n.º 68A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Geminação, n.º 6, 1.º B, em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 97A/2025 – Proposta n.º 69A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 5, 4.º Dt.º, em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 98A/2025 – Proposta n.º 70A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16, 7.º D, em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 99A/2025 – Proposta n.º 71A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 69, 3.º Dt.º, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 100A/2025 – Proposta n.º 72A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Lozano, n.º 80, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 101A/2025 – Proposta n.º 73A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Manuel Aldegalega, n.º 3, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 102A/2025 – Proposta n.º 74A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 3, 5.º A, em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 103A/2025 – Proposta n.º 75A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Concha, lote 139, em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 104A/2025 – Proposta n.º 76A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Ilha da Madeira, n.º 4 e 5 R/C Drt.º, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 105A/2025 – Proposta n.º 77A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite de Vasconcelos, lote 81, 3.º Esq., em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 106A/2025 – Proposta n.º 78A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Energia, n.º 1, 1.º C, em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 107A/2025 – Proposta n.º 79A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 17 e 18, em Setúbal**
38. **Deliberação n.º 108A/2025 – Proposta n.º 80A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 17 e 17A gar-4, em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 109A/2025 – Proposta n.º 81A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 110 R/C, Loja A, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 110A/2025 – Proposta n.º 82A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 11 3.º Esq., em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 111A/2025 – Proposta n.º 83A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 1, 3.º I, em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 112A/2025 – Proposta n.º 84A/2025 - DAF/DICONT/SERGEPE - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cesário Verde, n.º 31 – Brejos de Azeitão, em Setúbal**

43. **Deliberação n.º 113A/2025 – Proposta n.º 85A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Xarafe, n.º 59, 5.º Esq., em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 114A/2025 – Proposta n.º 86A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Caminho Central de Peões, n.º 4, 1.º B, em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 115A/2025 – Proposta n.º 87A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, n.º 40, em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 116A/2025 – Proposta n.º 88A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Eurocerâmica, n.º 35, Brejos de Azeitão, em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 117A/2025 – Proposta n.º 89A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 56 e 58 e Rua de São Pedro, n.º 58 e 58A, piso 2, em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 118A/2025 – Proposta n.º 90A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, (lote 183) n.º 72, 3.º E, em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 119A/2025 – Proposta n.º 91A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Damão, n.º 8, 2.º Dt.º, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 120A/2025 – Proposta n.º 92A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, n.º 4 e 4A, Azeitão, em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 121A/2025 – Proposta n.º 93A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Lanchoa, n.º 1, 2.º Dt.º, em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 122A/2025 – Proposta n.º 94A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro Vaz de Caminha, n.º 6, 2.º B, em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 123A/2025 – Proposta n.º 95A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9, 3.º C, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 124A/2025 – Proposta n.º 96A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 10, em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 125A/2025 – Proposta n.º 97A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 39 – 3.º Dt.º, em Setúbal**
56. **Deliberação n.º 126A/2025 – Proposta n.º 98A/2025 – DAF/DICOR – Medidas de Apoio – Derrama**
57. **Deliberação n.º 127A/2025 – Proposta n.º 99A/2025 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025 – Aplicação da taxa do IMI Familiar**
58. **Deliberação n.º 128A/2025 – Proposta n.º 100A/2025 – DAF/DICOR/DICONT – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025**
59. **Deliberação n.º 129A/2025 – Proposta n.º 101A/2025 – DAF/DICOR – Participação Variável de IRS para o ano de 2025**
60. **Deliberação n.º 130A/2025 – Proposta n.º 3A/2025 - DOM - CPREV 01/2025/DOM - Empreitada “BAIRRO 25 DE ABRIL” – Abertura de procedimento de contratação pública por critério materiais – Consulta Prévia – Candidatura n.º 62096 - “Reabilitação de 63 fogos – Reabilitação do Bairro 25 de Abril” – Decisão de não adjudicação**



61. **Deliberação n.º 131A/2025 – Proposta n.º 4A/2025 – DOM - CPI 32/2025/DOM - Bairro Quinta de Santo António - Lote 1 - Rua da Fonte Fresca e Lote 2 - Rua dos Sobreiros – Concurso Público por lotes com publicidade internacional – Candidatura n.º 61882 – Reabilitação de 214 fogos – “Reabilitação da Quinta de Santo António” – Decisão de não adjudicação**
62. **Deliberação n.º 132A/2025 – Proposta n.º 5A/2025 – DOM - CP 30/2021 – “INTERVENÇÃO DE NATUREZA ESTRUTURAL PARA EVITAR DERROCADAS NA ENCOSTA DO FORTE DE SÃO FILIPE EM SETÚBAL - FASE 2” - Trabalhos Complementares**
63. **Deliberação n.º 133A/2025 – Proposta n.º 6A/2025 – DOM - Empreitada CPI05/2025 - “BAIRRO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO” – LOTE 1 - Homologação de auto de medição de trabalhos**
64. **Deliberação n.º 134A/2025 – Proposta n.º 7A/2025 – DOM - Empreitada CPI05/2025 - “BAIRRO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO” – LOTE 2 - Homologação de auto de medição de trabalhos**
65. **Deliberação n.º 135A/2025 – Proposta n.º 8A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 1 - Homologação de auto de medição de trabalhos**
66. **Deliberação n.º 136A /2025 – Proposta n.º 9A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 2 - Homologação de auto de medição de trabalhos**
67. **Deliberação n.º 137A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 3 - Homologação de auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**
68. **Deliberação n.º 138A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – DOM – Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 4 - Homologação de auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**
69. **Deliberação n.º 139A/2025 – Proposta n.º 12A/2025 – DOM - Empreitada CP04/2024 – “REQUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTOS DA RUA ENGENHEIRO HENRIQUE CABEÇADAS – Homologação de auto de medição de trabalhos**
70. **Deliberação n.º 140A/2025 – Proposta n.º 13A/2025 - DOM - Empreitada CPCC15/2024 - “CONCEPÇÃO CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DE AZEITÃO” - Homologação de auto de medição de trabalhos**
71. **Deliberação n.º 141A/2025 – Proposta n.º 14A/2025 – DOM - Empreitada AD17/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DAS MANTEIGADAS – INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS COMUNS, COZINHAS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (LOTE 2)” – Homologação - Auto de receção provisória parcial**
72. **Deliberação n.º 142A/2025 – Proposta n.º 15A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT1” – Homologação - Auto de consignação**
73. **Deliberação n.º 143A/2025 – Proposta n.º 16A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 - REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT2” – Homologação - Auto de consignação**
74. **Deliberação n.º 144A/2025 – Proposta n.º 17A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT3” – Homologação - Auto de consignação**
75. **Deliberação n.º 145A/2025 – Proposta n.º 18A/2025 – DOM - Empreitada CP08/2024 - “REABILITAÇÃO DO BAIRRO QUINTA DO FREIXO – LOTE 1” - Homologação - Auto de Medição de Trabalhos**

76. **Deliberação n.º 146A/2025 – Proposta n.º 19A/2025 – DOM - Empreitada CP08/2024 - “REABILITAÇÃO DO BAIRRO QUINTA DO FREIXO – LOTE 2” – Homologação - Auto de Medição de Trabalhos**
77. **Deliberação n.º 147A/2025 – Proposta n.º 20A/2025 – DOM - Empreitada CP07/2024 - PRR ACESSIBILIDADES 360 VIAS PÚBLICAS - Homologação – Auto de suspensão e medição de trabalhos**
78. **Deliberação n.º 148A/2025 – Proposta n.º 21A/2025 - DOM - Empreitada CPI18/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO FORTE DA BELA VISTA LOTE1” – Homologação - Auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**
79. **Deliberação n.º 149A/2025 – Proposta n.º 22A/2025 – DOM - Empreitada CPI18/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO FORTE DA BELA VISTA LOTE 2” – Homologação - Auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**
80. **Deliberação n.º 150A/2025 – Proposta n.º 23A/2025 – DOM - Empreitada CPCC 12/2024 – Empreitada de “CONCEPÇÃO CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DAS MANTEIGADAS” - Homologação - Auto de medição de trabalhos – 1.ª Prorrogação do prazo da empreitada**
81. **Deliberação n.º 151A/2025 – Proposta n.º 24A/2025 – DOM – AD16/2023/DOM Empreitada “CENTRO ESCOLAR BARBOSA DU BOCAGE” - Homologação de auto de medição de trabalhos - 2.ª Prorrogação de prazo da empreitada - Trabalhos complementares**
82. **Deliberação n.º 152A/2025 – Proposta n.º 25A/2025 – DOM - Empreitada AD17/2023 - “UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BELA VISTA” - Homologação - Auto de medição de trabalhos – 1.ª Prorrogação do prazo da empreitada**
83. **Deliberação n.º 153A/2025 – Proposta n.º 26A/2025 – DOM - Empreitada CP 25/2024 - “REFÚGIO CLIMÁTICO DA VÁRZEA” - Homologação - Auto de suspensão - Prorrogação do prazo da empreitada**
84. **Deliberação n.º 154A/2025 – Proposta n.º 27A/2025 – DOM - Empreitada CPI 13/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO ALAMEDA DAS PALMEIRAS, EM SETÚBAL” – Lote 1 - Homologação de autos de medição, de levantamento de suspensão parcial e de receção provisória parcial - Trabalhos complementares**
85. **Deliberação n.º 155A/2025 – Proposta n.º 28A/2025 – DOM – Empreitada CPI 13/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO ALAMEDA DAS PALMEIRAS, EM SETÚBAL” – Lote 2 - Homologação de autos de medição, de levantamento de suspensão parcial e de receção provisória parcial - Trabalhos complementares**
86. **Deliberação n.º 156A/2025 – Proposta n.º 29A/2025 – DOM - Empreitada CP 16/2017 – “REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS E ESPAÇOS ADJACENTES AO TROÇO POENTE DA AVENIDA BELO HORIZONTE, SETÚBAL” – Aprovação de revisão de preços definitiva**
87. **Deliberação n.º 157A/2025 – Proposta n.º 30A/2025 – DOM - Empreitada CP26/2024 - “VALORIZAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO DA RIBEIRA DO LIVRAMENTO” - Aprovação de minuta de trabalhos complementares**
88. **Deliberação n.º 158A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAVPS – Auditoria Externa**
89. **Deliberação n.º 159A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAVPS – Moção - RETIRADA**
90. **Deliberação n.º 160A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – GAVCDU – Moção - Pela defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o Pacote Laboral**

4

91. **Deliberação n.º 161A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAVCDU – Reposição imediata do fornecimento de combustível às Juntas de Freguesia no âmbito do processo de transferência de competências - RETIRADA**
92. **Deliberação n.º 162A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAVCDU – Elaboração e sujeição a deliberação de um protocolo de colaboração com a Freguesia de São Sebastião tendo em vista o fornecimento de combustível para a viatura de transporte de passageiros - RETIRADA**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- h) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 11.
- i) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereação Maria do Carmo Tiago (GAVMCT), conforme documento anexo registado sob o n.º 12.
- j) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereação Paulo Maia (GAVPM), conforme documento anexo registado sob o n.º 13.
- k) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereação Bruno Russo (GAVBR), conforme documento anexo registado sob o n.º 14.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Quis dar algumas informações aos senhores vereadores sobre a atividade municipal: *“começo por referir as 2 primeiras medidas que tomámos neste início de mandato,*

a primeira teve que ver com a reunião que já tinha dito aqui, mas penso que não tinha dito exatamente os serviços e o número de gabinetes. Entre os departamentos, divisões, secções e gabinetes reunimos com 182 serviços municipais que abrangeram 1503 trabalhadores, faltam apenas 648 trabalhadores das escolas com quem iremos reunir na interrupção letiva do Natal. Também reuniremos esta semana, na próxima sexta-feira, com os 383 trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Paralelamente solicitámos reuniões a 4 ministérios, portanto, ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, à Educação, à Saúde e à Administração Interna só falta realizar-se a reunião com o ministro do Ministério da Educação.

Com o senhor ministro das Infraestruturas e Habitação discutimos diversos assuntos que são prioritários para nós que tiveram que ver com a habitação pública e os atrasos no PRR e algumas candidaturas que não foram aprovadas relativamente a novas construções. A resolução da situação dos bairros que estão sob a tutela do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e, portanto, pedimos também a este ministério a este senhor ministro para passar para a gestão da Câmara sendo que estes bairros terão que ter a devida reabilitação, mas gostaríamos que passassem para a gestão da Câmara, porque pensamos que do ponto de vista da proximidade e da resolução dos problemas as pessoas ficarão muito mais bem servidas com toda a certeza.

Discutimos também questões de acessibilidades diversas do concelho designadamente na Mitrena, nas Praias do Sado que tem que ver com o alargamento da Ponte Seca e foi-nos dada autorização para pedirmos já orçamentos para o alargamento desta Ponte Seca, portanto, perto do viaduto do comboio e também algumas acessibilidades em Azeitão no que diz respeito aos constrangimentos que agora se verificam na Nacional 10 e, portanto, uma passagem por trás. Tratámos também com o senhor ministro da questão do rochedo da Arrábida e, portanto, já estão a andar com alguma rapidez a evolução deste estudo e também do orçamento para perceber em fase do estudo poder haver o desbloqueio deste rochedo. Colocámos ainda questões importantes para o desenvolvimento e coesão do território da cidade mormente na zona Setúbal nascente e as questões associadas à frente ribeirinha, ao desenvolvimento da náutica de recreio e à valorização da pesca.

Com a senhora Ministra da Administração Interna que foi ontem ao fim da tarde, noite já, abordámos a urgência do reforço de efetivos da PSP, a necessidade de obras nas instalações da polícia na divisão policial de Setúbal, o reforço de efetivos da GNR, a necessidade de obras nas instalações e o facto do posto Territorial de Setúbal se encontrar afastado da área de jurisdição da GNR. Discutimos, ainda, a criação do corpo da Polícia Municipal em Setúbal, a instalação da videovigilância, as necessidades do sistema municipal de proteção civil de Setúbal e o projeto da criação de um Campus de Justiça na zona nascente de Setúbal, foi muito bem, visto pela senhora Ministra. Hoje de manhã, tivemos reunião com a senhora Ministra da Saúde e as questões que foram colocadas, teve que ver com o funcionamento do Centro Hospitalar de Setúbal. Foi-nos informado de que as urgências pediátricas já estão regulares desde um de janeiro deste ano e a obstetrícia não está ainda, portanto, estão a fazer um grande esforço para que isto aconteça, mas a obstetrícia não tem o fecho de urgências, desde que elas se verificam através do CODU, através do INEM, é a mesma coisa e, portanto, estão a fazer um reforço de profissionais de saúde e, portanto, ainda não está totalmente conseguido. A obra de ampliação do hospital não integra o aumento de capacidade de estacionamento nesta nova obra. Foi feito o novo estacionamento para 123 lugares, já existiam 50, aumentou-se cerca de 80, ficaram 123 lugares, portanto, com a perda de alguns que já existiam e com estes novos e, portanto, foi colocada à senhora Ministra que

as pessoas que trabalham diariamente no hospital rondam as 1500 diárias, mais 1300 diários, mais 40 pessoas que normalmente têm intervenções cirúrgicas e, portanto, é impossível um estacionamento de 123 lugares, portanto, estamos a ver com o IEFP que tem na parte de baixo junto à linha do comboio, portanto, um espaço que poderá vir a servir quer o Hospital, quer o edifício da Câmara Municipal que se encontra em frente ali nos Ciprestes e, portanto, talvez a construção poderá ser feita aqui alguma parceria entre o Hospital e a Câmara Municipal para a construção de um parque de estacionamento por baixo daquele que hoje existe que está em frente à Praça de Touros, com 3 ou 4 estacionamentos enterrados, 3 ou 4 pisos. Ficámos também a saber que a questão da maternidade relativamente aqui à obstetrícia, tivemos um aumento de partos de 14 por cento, tanto em 2024 nasceram 903 crianças, em 2025, 973 e, portanto, daí a obstetrícia não ter paragem tendo em linha de conta que não temos só que ter paragem em relação às urgências.

Têm muitas pessoas que vêm da parte sul da região. A parte sul do distrito. Falámos também relativamente ao encerramento da Unidade de Saúde Familiar da Beira Mar, este era um dos principais pontos da nossa conversa, porque esta unidade de saúde está para fechar, no final de janeiro. Só tem 2 médicos. Tem cerca de 6 mil utentes e estes 2 médicos vão sair em janeiro e, portanto, ficamos sem médicos, quer dizer encerra esta Unidade de Saúde Familiar, portanto, houve o compromisso de ter ainda este mês de janeiro 3 a 4 médicos no máximo até fevereiro para que esta Unidade de Saúde Familiar não encerre.

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar no Bairro do Liceu que há muitos anos está planeada a construção do edifício para esta nova unidade de saúde, em terreno cedido pela Câmara, não teve enquadramento no PRR, não estava previsto e, portanto, vamos ver agora no Programa 20-30 a construção deste novo centro de saúde.

Em relação ao Centro de Saúde de Azeitão, havia aqui uma dívida de 929.510 euros e, portanto, ficou o compromisso também de rapidamente ser pago este valor à Câmara Municipal.

Em relação à Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista, está em bom ritmo. Há aqui um desnível relativamente ao valor que foi elegível para a construção deste Centro de Saúde Familiar de 500 mil euros e, portanto, a senhora Ministra comprometeu-se a fazer o pagamento desta diferença desde que seja feita uma reapreciação dos custos e os nossos serviços já estão a fazer isso hoje.

Depois, quero dizer-vos que reconhecer a prontidão com que foram agendadas as reuniões com estes 3 ministérios, falta ainda o da Educação e o da Educação preocupa-nos também muito que eu já vou passar a colocar aqui os problemas da Educação, mas houve disponibilidade destes ministérios, destes senhores Ministros para a resolução destes assuntos que colocámos e, portanto, e também ver soluções propostas pela Câmara e com a Câmara.

Outra opção política deste executivo tem sido também a valorização dos nossos recursos humanos e a melhor rentabilização dos mesmos aos diversos níveis, nomeadamente dos recursos financeiros. Dando expressão a isto a constituição dos gabinetes de apoio à presidência e à vereação as nomeações de dirigentes que foram necessárias realizar para preencher lugares em aberto e outras nomeações para reposição do município em diversos fóruns foram e serão sempre que possível com pessoas que já trabalham na câmara e quando não for possível, será com pessoas preferencialmente de Setúbal e de reconhecida competência. Exemplo disto mesmo foi a designação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal que integrou o meu nome, o Vereador Bruno Russo e ambos sem qualquer remuneração e o 3.º elemento é um Técnico Superior do Município. Do



mesmo modo similar será o Conselho de Administração da Fundação Escola Profissional que integra a Vice-Presidente da Câmara, o Diretor de Departamento de Educação ambos sem remuneração e somente o Presidente do Conselho de Administração será externa à Câmara, embora seja uma pessoa de Setúbal com conhecido percurso profissional na área da educação e da gestão. Não posso deixar de partilhar com os senhores vereadores, a preocupação grande com a situação financeira da Câmara Municipal, dei conhecimento a todos do alerta recebido da DGAL sobre a baixa taxa de execução de receita nos últimos anos 2023-2024 e o parecer técnico dos serviços sobre este assunto. Está em causa o equilíbrio orçamental, a sustentabilidade financeira e a execução dos investimentos programados. A situação é séria, exige de todos os vereadores e todas as forças políticas muita responsabilidade nas propostas e nas decisões. Não quero alarmar ninguém mas poderemos estar na iminência de ter de pedir um saneamento financeiro. Quero que saibam que estamos a tratar de questões financeiras com muito cuidado e rigor e manteremos informada a Câmara Municipal e os nossos munícipes. O Orçamento municipal para 2026 que iremos discutir em breve, não deixará de refletir estas preocupações.

Por último, quero informar os senhores Vereadores que a Câmara Municipal tem uma imensidão de processos judiciais e em contencioso e estamos a apurar tudo em rigor, mas posso adiantar-vos, a título de exemplo, que numa só sociedade de advogados, a Câmara Municipal deixou à sua responsabilidade, só numa sociedade de advogados, quase 200 processos, em muitos processos são reclamadas verbas avultadas ao Município que poderão aumentar a dívida municipal.

São estas as informações que queria partilhar convosco e agora dou a palavra aos senhores vereadores que pretenderem fazer uso dela no período antes da ordem do dia.”

Sr. Vereadora Ana José Carvalho – Saudou a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, bem como os dirigentes e funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, a comunicação social, o público presente e todos os que acompanhavam a reunião à distância. Informou que os Vereadores do Partido Socialista foram contactados pelo Grupo 261 – Setúbal Sado, da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP), que pretendeu chamar a atenção para a sua situação. Considerou ser do conhecimento da Senhora Presidente que o grupo foi fundado em 1 de dezembro de 2016 e conta, atualmente, com cerca de 50 elementos, número que se tem mantido nos últimos quatro anos, com idades compreendidas entre os 6 e os 50 anos e provenientes de várias zonas da cidade. Assinalou que, ao longo de nove anos de atividade, o grupo continua a enfrentar a ausência de um espaço para a realização dos encontros semanais com os jovens e para guardar o material, que permanece distribuído pelas residências dos seus dirigentes. Recordou que, em momento anterior, chegou a ser equacionada a atribuição de um espaço nas designadas unidades económicas e questionou em que fase se encontra esse processo, bem como se está previsto algum apoio da Câmara Municipal à atribuição solicitada, atendendo ao historial do grupo e à relevância da sua atividade.

Reportou, igualmente, questões relativas a espaços associativos, chamando a atenção do Executivo para a situação difícil vivida pelo Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, instituição com 77 anos de existência, que enfrenta agora a obrigatoriedade de abandonar as instalações utilizadas nos últimos 50 anos, na sequência de sentença desfavorável em sede de recurso. Salientou que tal circunstância implicará que o clube fique, em breve, sem campo para que a equipa sénior continue a disputar o campeonato de futebol do Inatel. Neste sentido, questionou a Senhora Presidente sobre a possibilidade de o

4

Município acompanhar o clube na procura de uma solução alternativa que lhe permita manter a sua atividade.

Em nome da bancada socialista, felicitou o Teatro Estúdio Fontenova e o TAS – Teatro Animação de Setúbal pelas mais recentes produções levadas a palco, designadamente “O Erro de GPTO ou As Mentiras de Pi” e “Manual do Bom Fascista”, respetivamente, destacando a qualidade dos textos, encenações e interpretações. Referiu que, neste contexto, se volta a evidenciar a necessidade de uma sala de espetáculos de média dimensão, com capacidade para 200 a 300 espectadores, que Setúbal ainda não possui e que permitiria manter as produções em exibição por períodos mais longos e com maior capacidade de público.

Acrescentou que, estando prevista para breve a inauguração do auditório de Azeitão — sobre o qual será apresentada proposta na presente reunião — aproveitou para questionar a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores sobre o ponto de situação da obra e se o equipamento estará dotado das condições cénicas e restantes requisitos necessários para acolher espetáculos de artes performativas. Solicitou, ainda, se poderia ser facultada documentação relativa ao equipamento, designadamente o projeto e a memória descritiva.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Saudou todos os presentes. Informou que, no período antes da ordem do dia, na parte respeitante às saudações e moções, constava uma recomendação relativa ao assunto do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, a qual solicitou que fosse retirada da ordem de trabalhos por não se adequar ao regimento. Contudo, manifestou a intenção de colocar igualmente a questão referente ao referido clube neste período, complementando a intervenção da Vereadora Ana José.

Recordou que, em 8 de janeiro de 2025, a Câmara Municipal aprovou um pedido de informação prévia, apresentado pelo Departamento de Urbanismo, relativo a uma operação de loteamento na Quinta das Curvas, precisamente no terreno onde o clube tem a sua sede. Assim, questionou sobre a possibilidade de ser encontrada uma solução que permita garantir a permanência do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas na sua atual localização, nomeadamente mediante a celebração de um eventual acordo com o proprietário no âmbito daquela operação urbanística.

Sra. Vereadora Maria do Carmo Tiago - Em resposta à questão colocada pela Vereadora Carla Guerreiro, esclareceu que o que se encontra atualmente na Câmara é um Pedido de Informação Prévia (PIP), o qual não constitui ainda um projeto. Informou que a Câmara Municipal teve o cuidado de, relativamente ao local onde se encontra instalado o equipamento, assegurar ou exigir que esse terreno seja cedido para equipamento, à semelhança do procedimento adotado noutras situações, de forma a permitir, no futuro, a resolução de necessidades das associações e dos clubes.

Acrescentou que, nesta fase, não é possível prestar informações adicionais, uma vez que o processo depende agora do promotor, que será responsável por dar continuidade à operação. Reforçou, contudo, que a Câmara Municipal continuará a acompanhar a situação, tal como tem feito até ao momento.

Sra. Presidente - Relativamente à primeira questão colocada pela Vereadora Ana José, referente aos escuteiros Setúbal Sado, questionou se estes já não dispunham de sede.

(Intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Referiu que desconhecia a existência daquele agrupamento e que, sendo sincera, tendo o Executivo apenas um mês de atividade, as prioridades tinham sido outras, como aliás ficou evidente. Acrescentou que, oportunamente, chegarão também a essa matéria e que, certamente, haverá contacto com o agrupamento.

Questionou, ainda, se o pedido apresentado dizia respeito à atribuição de um espaço nas atividades económicas, salientando que tal localização era distante do agrupamento.

Sra. Vereadora Ana José – Referiu que o agrupamento nunca teve uma sede própria, acrescentando que a maioria dos jovens pertence à União das Freguesias de Setúbal e à Freguesia de São Sebastião.

Sra. Presidente – Referiu que, relativamente às reuniões com as instituições, ainda não iniciaram esse processo, mas que será oportunamente desenvolvido.

Sobre a situação do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, esclareceu que a questão já foi abordada pela Vereadora Maria do Carmo e pela Vereadora Carla Guerreiro. Informou que a Câmara Municipal tinha conhecimento do problema há algum tempo, nomeadamente do processo em tribunal, e que já tinha sido contactada a pessoa que adquiriu o imóvel, a qual decidiu não ceder o espaço. Recordou que o Executivo anterior também tinha proposto a cedência do espaço onde se encontra o campo de futebol, proposta que não foi aceite pelo proprietário, considerando tratar-se de uma unidade indivisível. Acrescentou que será analisada a possibilidade de, futuramente, o promotor que adquiriu o terreno aceitar a desafetação da parcela necessária, sendo que, caso não seja possível, serão estudadas outras soluções. Enfatizou que o processo ainda não foi totalmente trabalhado, mas que as questões relativas ao clube não foram esquecidas, associando-se igualmente às preocupações quanto à criação de um teatro de média dimensão, fundamental para o bom funcionamento das duas companhias culturais que desenvolvem trabalho de excelência.

Relativamente ao equipamento cultural em Azeitão, informou que, durante uma visita realizada na semana anterior, verificou-se que o espaço não possui qualquer equipamento instalado. Acrescentou que será necessário assegurar financiamento para o seu funcionamento, pois, atualmente, trata-se apenas de uma estrutura física sem palco, som ou outros elementos necessários para a realização de espetáculos. Adiantou que o projeto será disponibilizado e que está previsto para adjudicação o espaço exterior, mas que será necessário encontrar soluções para dotar o equipamento das condições adequadas.

Sra. Vereadora Ana José Carvalho – Acrescentou que a situação não era da responsabilidade do atual Executivo, mas destacou que, na conceção destes equipamentos, é importante considerar as recomendações dos agentes culturais. Salientou que estes agentes identificam necessidades concretas, indicando o que é essencial e o que deve ser incluído, de forma a evitar dificuldades futuras, mesmo após a aquisição dos equipamentos, reconhecendo que, em muitos casos, já se parte tarde na implementação dessas medidas.

Sra. Presidente - Referiu que, durante a execução das obras do Fórum Municipal Luísa Todi, houve uma preocupação constante com o acompanhamento técnico, conforme conhecimento da Vereadora, o que permitiu que os trabalhos corressem quase sem falhas.

Assinalou que outra obra apresenta problemas similares, apesar de também estar a ser acompanhada, nomeadamente o pavilhão desportivo localizado junto ao Pavilhão das Manteigadas, destinado à prática da ginástica. Informou que o acompanhamento tem contado

com a participação dos clubes de ginástica que utilizarão o equipamento, nomeadamente o Clube de Ginástica do Vitória e o Clube Ricardo Martínez.

Salientou, contudo, que o pavilhão ainda não dispõe do equipamento necessário, como caderno de encargos para a instalação de tumbling, saltos e demais componentes essenciais à prática da ginástica. Sublinhou que, sem estes elementos, o equipamento não pode ser plenamente utilizado para a finalidade a que se destina. Acrescentou que a Câmara Municipal procura soluções para colmatar estas lacunas e garantir a funcionalidade do espaço para as atividades desportivas previstas.

Manifestou disponibilidade para organizar visitas ao pavilhão, quer acompanhadas pelo Executivo, quer de forma independente, de modo que todos possam ter conhecimento direto do estado atual das instalações, independentemente da entrega do projeto relativo ao auditório de Azeitão.

Sr. Vereador Bruno Russo – Apresentou o seguinte voto de louvor, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 15.

“Voto de louvor

À Atleta Margarida Silva e ao Treinador Fernando Ferreira

A Câmara Municipal de Setúbal, reunida em sessão pública, delibera aprovar um voto de louvor à atleta Margarida Silva e ao seu treinador Fernando Ferreira, em reconhecimento público pelo extraordinário desempenho alcançado nos Campeonatos Surdolímpicos, realizados em Tóquio entre os dias 15 e 26 de novembro.

A atleta Margarida Silva, que realiza parte da sua preparação física e técnica no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, conquistou de forma exemplar duas medalhas de ouro, nas exigentes provas de 800 metros e 5000 metros, demonstrando notável capacidade competitiva, elevado espírito de dedicação e um talento desportivo de exceção. A estas vitórias soma-se ainda a conquista da medalha de prata nos 1500 metros, prova em que, apesar de ter perdido uma das sapatilhas, concluiu a corrida descalça, revelando uma impressionante determinação e resiliência.

Tais conquistas constituem não apenas um marco individual meritório, mas também um motivo de orgulho para o concelho de Setúbal e para o desporto nacional, afirmando o valor do trabalho persistente, da disciplina e da superação.

É igualmente de destacar o papel fundamental do treinador Fernando Ferreira, cuja competência técnica e acompanhamento contínuo foram determinantes para o sucesso alcançado.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal expressa publicamente o seu reconhecimento à atleta Margarida Silva e ao treinador Fernando Ferreira, enaltecendo o mérito desportivo, o empenho e o espírito de sacrifício que elevam o nome de Setúbal no panorama desportivo nacional e internacional.

Delibera-se, por isso, aprovar e registar o presente Voto de Louvor, que será comunicado aos distinguidos.”

Sr. Vereador Paulo Maia - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 16 a 21.



“Saudação

46.º aniversário do Coral Infantil de Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Coral Infantil de Setúbal pela passagem do seu 46.º aniversário.

O Coral Infantil de Setúbal, fundado em 24 de novembro de 1979, é um coro dedicado a crianças e jovens, geralmente entre os 6 e os 14 anos, promovendo, não só, a formação musical, mas, também, valores como o espírito de grupo, a disciplina e a amizade.

Ao longo das últimas décadas, tem tido um papel importante na vida cultural de Setúbal, apresentando-se em inúmeros concertos por todo o país e no estrangeiro, gravando discos e participando em programas de rádio e de televisão.

Com um repertório variado que integra música erudita, temas tradicionais e produções musicais, o Coral tem contribuído para aproximar os jovens da arte e da cultura e continua a acolher novas gerações de cantores, incentivando o desenvolvimento artístico e pessoal de cada participante.

Para além do grupo infantil, existe também o coro feminino TuttiEncantus, formado por antigas coralistas que desejam prosseguir a sua atividade musical.

Ao longo de mais de quatro décadas, o Coral Infantil de Setúbal tem sido um exemplo de dedicação, criatividade e serviço à comunidade, deixando uma marca profunda na vida cultural da cidade.

Aos fundadores desta histórica associação, a todos os agentes culturais que ao longo de mais de 4 décadas e meia têm permitido a continuidade da sua atividade, a autarquia endereça as suas felicitações.”

Acrescentou ainda que o Coral Infantil de Setúbal celebrou, no passado dia 24 de novembro, o seu 46.º aniversário, assinalando quase meio século de dedicação ininterrupta à música e à formação cívica e artística de gerações de jovens do concelho. Referiu que se trata de um feito que transcende o tempo, representando um património cultural de valor inestimável, com um percurso notável e amplamente reconhecido.

Assinalou que, a nível nacional, o Coral Infantil de Setúbal realizou diversas parcerias artísticas que lhe permitiram atuar ao lado de Orquestras Sinfónicas, bandas filarmónicas e artistas de renome, em palcos como o Centro Cultural de Belém e a Fundação Calouste Gulbenkian, bem como em programas televisivos de âmbito nacional. A nível internacional, destacou as inúmeras viagens e participações em festivais e concursos de coros, nas quais representou a cidade de Setúbal e Portugal em países como Espanha, França, Itália e Brasil, momentos que contribuíram para cimentar a sua reputação além-fronteiras.

Sublinhou tratar-se de uma instituição que se tornou um pilar fundamental da comunidade setubalense, formando não apenas artistas talentosos, mas também cidadãos conscientes e disciplinados. Referiu que o verdadeiro triunfo da instituição reside no seu capital humano e na memória afetiva construída pelas centenas de vozes que por ela passaram, vozes essas que hoje integram o coro feminino TuttiEncantus.

Olhando para o futuro, foi reafirmado o compromisso do Coral Infantil de Setúbal com a excelência artística e com a missão de continuar a ser um berço de talentos e um digno embaixador da cultura setubalense, garantindo que a sua melodia única ressoe em Setúbal e no mundo por muitas décadas vindouras.

“Saudação

115.º aniversário do Vitória Futebol Clube

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória Futebol Clube pela passagem do seu 115.º aniversário.

O Vitória Futebol Clube, fundado a 20 de novembro de 1910, é uma das instituições desportivas mais emblemáticas da cidade de Setúbal.

Desde a sua criação, tem representado a região com orgulho, destacando-se não só pelos feitos desportivos, mas também pela sua ligação à comunidade local.

O Vitória construiu uma tradição de competitividade e paixão, alcançando títulos importantes, entre eles a Taça de Portugal, que venceu três vezes, a Taça da Liga, cuja primeira edição venceu, e um percurso memorável nas competições europeias.

Além do futebol, o clube promove também com excelência outras modalidades e atividades desportivas, culturais e sociais, reforçando o seu ecletismo e a sua missão de servir a comunidade.

Ao longo de mais de um século, o Vitória Futebol Clube tem sido um verdadeiro embaixador do desporto e da identidade setubalense, unindo gerações de adeptos em torno da paixão pelo desporto e pela cidade.

A história do clube é marcada pelo esforço, dedicação e espírito de superação, valores que continuam a orientar a sua atividade e a inspirar a comunidade que representa.

Historicamente, a primeira Assembleia Geral formal do clube teve lugar a 5 de maio de 1911, e foi nessa data que adotou o nome de Vitória Foot-ball Club, por sugestão do jornalista Joaquim Correia da Costa, Assembleia que definiu também os primeiros órgãos sociais do clube, tendo Joaquim Venâncio sido eleito o primeiro Presidente da Direção.

Atualmente mantém ativas e com relevante papel centrado na formação desportiva, várias secções de modalidade para além do futebol, nomeadamente o Andebol, a Ginástica, o Atletismo, o Judo, o Karaté, as Artes marciais, o Ténis de mesa, o Futebol de Praia e o Futsal.

O Vitória é um símbolo da cidade de Setúbal, representando a comunidade em competições nacionais e internacionais, sendo um ponto de referência cultural e emocional para várias gerações de setubalenses e reforçando a identidade local ao longo de mais de um século.

O Vitória Futebol Clube não é apenas um clube desportivo, é uma instituição social e cultural, que influencia diretamente a cidade e a região e que promove a saúde, a educação, a inclusão, a cultura e coesão social.

A todos os sócios e dirigentes desta histórica coletividade e ao Vitória, a autarquia endereça as suas felicitações.”

“Saudação

A Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas conquistou, no passado dia 30 de novembro, a medalha de ouro e o título de Campeão Europeu, ao bater a França na final da primeira edição da vertente 4 contra 4, do Campeonato Europeu de Andebol em Cadeira de Rodas 2025, realizado em Vilnius, na Lituânia de 26 a 30 de novembro.

Com esta vitória no Europeu, Portugal qualificou-se para o Campeonato do Mundo de 2026 da categoria, no qual foi sétimo classificado na estreia, em 2024, no Egito.

A seleção nacional, superiormente orientada por Danilo Ferreira, impôs-se frente à França, com os parciais de 7-6, 9-10 e 7-0, num desafio em que João Jerónimo foi o melhor marcador, ao somar 14 golos.

Em 2022, e também orientada por Danilo Ferreira, a Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas já tinha conquistado, pela primeira vez na história, os títulos de campeão do Mundo e da Europa, na vertente de 6 contra 6.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda Danilo Ferreira, selecionador nacional de andebol em cadeira de rodas e treinador do Clube Naval Setubalense bem como os atletas Daniel Pereira e Euclides Soares (Kido), jogadores da seleção portuguesa e, também, do Clube Naval Setubalense, bem como a toda a equipa técnica, jogadores e dirigentes da Federação de Andebol de Portugal, pelo extraordinário resultado obtido.

É um motivo de enorme orgulho ver Setúbal representada ao mais alto nível do Desporto Internacional, celebrando o talento, a dedicação e o fair play que caracterizam esta vitória.”

“Saudação

158.º Aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Sociedade Musical Capricho Setubalense pela passagem do seu 158.º aniversário.

Fundada a 22 de novembro de 1867, "A Velhinha", como é carinhosamente apelidada, nasceu da vontade e do capricho de criar em Setúbal uma filarmónica.

A sua génese musical desenhou-lhe a história e são muitos os momentos da vida da cidade em que a sua música se fez notar e representar, como na inauguração da estátua ao poeta Bocage, na visita do Rei D. Carlos a Setúbal, em 1892, ou no concerto comemorativo dos 500 anos do Tratado de Tordesilhas, em 1994. Os sons da Banda de Música da Sociedade Musical Capricho Setubalense marcaram o ritmo da história.

Paralelamente à banda, nasce a Escola de Música, proporcionando, há muitas gerações, a aprendizagem de música e instrumentos musicais a crianças e jovens do concelho.

Hoje, a Capricho Setubalense é muito mais que uma sociedade musical. É um agente cultural importante na vida da cidade, socialmente ativo e empenhado que tem sabido reinventar-se e adaptar-se, sem perder o seu objeto fundador – a música – mas atuando também noutras expressões culturais.

Aos fundadores desta histórica coletividade, a todos quantos ao longo de mais de século e meio têm permitido perpetuar memórias e assegurar a sua atividade associativa e cultural, aos seus dirigentes, aos sócios, amigos e simpatizantes, a autarquia endereça as suas felicitações e votos de sucesso na prossecução dos seus objetivos.”

Saudação

70.º aniversário da LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão pela passagem do seu 70.º aniversário.

A LASA, fundada em 28 de novembro de 1955, é uma associação que tem como missão principal a defesa e promoção do património cultural, ambiental e social da região de Setúbal e Azeitão, colaborando com organismos públicos e privados e denunciando ações que coloquem em risco o património local.

Ao longo das décadas, a LASA tem desenvolvido diversas atividades, incluindo a proteção do património histórico e cultural, a promoção da memória local, a organização de conferências, ciclos de estudos, exposições e a publicação de estudos históricos, bem como ações de sensibilização ambiental e comunitária.

A LASA atua também na cooperação com autarquias, instituições civis, ambientais e culturais, fortalecendo o tecido associativo e promovendo a participação da comunidade em iniciativas de preservação e valorização local.

Nos últimos anos, a associação realizou conferências culturais, reedição de álbuns fotográficos do século XIX sobre Setúbal, edições de livros sobre o património e a história local, participou em comissões de acompanhamento ambiental e defendeu a conservação de monumentos históricos.

O significativo papel social da LASA, como guardiã da memória histórica e patrimonial, promotora da consciência ambiental, articulando entre cidadãos e entidades públicas, e incentivando à participação comunitária na valorização da identidade cultural de Setúbal e Azeitão.

Aos fundadores, dirigentes, sócios, amigos e simpatizantes desta associação e a todos quantos, ao longo de várias décadas, têm permitido perpetuar memórias e assegurar a sua continuidade, a autarquia endereça os seus parabéns.”

Saudação

145.º aniversário da Sociedade Filarmónica Providência

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Sociedade Filarmónica Providência pela passagem do seu 145.º aniversário.

Fundada em 26 de novembro de 1880, a Sociedade Filarmónica Providência dedica-se à promoção da música, da cultura e da vivência comunitária em Vila Fresca de Azeitão e arredores.

Ao longo da sua história, funcionou como banda filarmónica local, com uma escola de música que formou vários músicos que integraram, posteriormente, orquestras e bandas militares.

Esta Sociedade centenária realiza no seu espaço, que serve também de auditório, concertos, espetáculos, aulas de música e eventos culturais e recreativos.

No início do século XX, a banda da Sociedade Filarmónica Providência teve a honra de tocar várias vezes para o rei D. Carlos I de Portugal, quando este frequentava o palácio da Quinta da Bacalhôa, em Vila Fresca de Azeitão.

A Sociedade Filarmónica Providência tem funcionado também como espaço de encontro cultural, lazer e convívio comunitário, reforçando as tradições locais e promovendo a participação de várias gerações.

Em 2011, esta sociedade filarmónica foi distinguida com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, reconhecimento pelo seu papel cultural e social na região.

A todos os intervenientes que, ao longo de quase um século e meio de existência, têm permitido perpetuar a continuidade da sua atividade cultural, a autarquia endereça as suas felicitações.”

Sra. Vereadora Ana José Carvalho - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 22 a 27.

“Saudação

Aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense

A Sociedade Musical Capricho Setubalense, fundada em 1867, assinalou o seu 158.º aniversário no dia 22 de novembro.

Com um percurso de relevo, amplamente reconhecido e valorizado pela sociedade setubalense, esta entidade, que nasceu da paixão coletiva pela música, faz parte da história, da identidade e do património do nosso território.

Enquanto ator de transformação social, dinamizador cultural e promotor de criação artística, continua a ser uma das mais relevantes, estimadas e respeitadas instituições de formação musical de Setúbal.

Adaptando a sua atividade à evolução do concelho e das suas gentes, bem como às necessidades e interesses emergentes, a oferta formativa e musical da Capricho inclui atualmente a Banda Filarmónica, a Escola de Música e a Escola de Jazz.

Transmitindo todo o seu reconhecimento por esta entidade, que é sinónimo de resiliência e determinação, e uma das mais emblemáticas figuras associativas do concelho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Musical Capricho Setubalense, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Sociedade Filarmónica Providência

A Sociedade Filarmónica Providência celebrou, no dia 1 dezembro, o seu 145.º aniversário.

Fundada em 1880, é uma das mais antigas entidades do movimento associativo do concelho. A sua atividade, de forte ligação à cultura, à identidade e à tradição setubalenses, consolidou-a como uma referência para as populações, que nela encontram um espaço de convívio, encontro e participação cívica.

Ano após anos, a Sociedade Filarmónica Providência, tem, de forma ininterrupta, servido a comunidade, procurando dar respostas às necessidades, interesses e problemas coletivos, assumindo-se como aliada das populações para a persecução do bem comum, numa perspetiva de desenvolvimento integral e sustentável do território.

Para além disso, como organizadora de iniciativas como o Festival das Sopas, que conta já com 4 edições, e as Festas em Honra da Nossa Senhora da Saúde, realizadas há 302 anos, contribui significativamente para a preservação e valorização do património gastronómico, cultural e histórico da região, fortalecendo, ao mesmo tempo, os laços comunitários.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Filarmónica Providência, órgãos sociais e sócios por mais aniversário, transmitindo todo o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta entidade e pela sua massa associativa.”

“Saudação

Aniversário do Vitória Futebol Clube

Setúbal celebrou, no dia 20 de novembro, o aniversário do principal emblema da cidade e um dos mais emblemáticos de Portugal.

O Vitória Futebol Clube, uma das maiores referências desportivas da região e do país, assinala este ano o seu 115.º aniversário.

Com uma história e percurso que se confundem com os do próprio concelho, são as glórias, os desafios e, acima de tudo, a sua massa adepta ímpar que tornam o Vitória muito mais do que um simples clube, fazendo dele uma verdadeira casa e um símbolo maior de Setúbal. Eclético desde a sua fundação, continua a ser o espaço onde inúmeros setubalenses contactam pela primeira vez com a prática desportiva, onde desenvolvem as suas capacidades e nutrem a paixão pelo desporto, e veem florescer, desde cedo, o espírito vitoriano, que os torna parte desta grande instituição.

Berço de atletas que levam consigo, nas suas inúmeras conquistas e vitórias, o nome do seu clube e da sua cidade, em modalidades como o aikido, o atletismo, a ginástica, o futebol, o judo, o karaté, o taekwondo e o ténis de mesa, o Vitória continua a ser uma das maiores referências desportivas ao nível do desporto de formação e competição.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, os seus órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, reconhecendo o seu papel determinante no desenvolvimento desportivo do concelho e os contributos significativos para o bem-estar e a qualidade de vida de incontáveis gerações de setubalenses, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo “Os 13”

O centenário Grupo Desportivo “Os 13” celebrou o seu 104.º aniversário no passado dia 1 de dezembro.

Fundado em 1921, continua a ser uma das mais ativas e participativas entidades do movimento associativo setubalense, com fortes raízes ligadas à comunidade.

Tendo atravessado diversas fases, conta com um percurso rico, marcado por inúmeros desafios e conquistas. Sinónimo de resiliência, dinâmica e perseverança, de forte espírito bairrista, esta entidade constituiu-se enquanto espaço de participação cívica, convívio e encontro, mas também como promotor cultural, destacando-se pela sua intensa atividade de cariz recreativo e popular.

Desde a sua participação em momentos de profunda relevância na agenda cultural setubalense, como a Festanima e o Concurso de Marchas Populares de Setúbal, até à organização de matinés, espetáculos e peças teatrais na sua sede, esta coletividade desenvolve uma atividade amplamente reconhecida pela comunidade, entidades e poder local.

Assim, e sublinhando o papel determinante e indispensável do movimento associativo no desenvolvimento dos territórios a nível local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo “Os 13”, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

A LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão celebrou o seu 70.º aniversário no passado mês de novembro.

Esta associação foi fundada em 1955 com o objetivo de defender e divulgar o património cultural, ambiental e social numa perspetiva do desenvolvimento regional.

Ao longo dos anos, a suas relações com o poder local e a sociedade setubalense foram-se adaptando ao contexto social e político, bem como às necessidades e à evolução do concelho e das populações. Destaca-se, desta forma, o período entre a sua fundação e 1974, durante o qual a LASA foi peça-chave para o Museu da Cidade, canalizando para este os subsídios atribuídos pela Junta Distrital, Governo Civil e Câmara Municipal, bem como a fase desde 1996 até ao presente, em que a instituição teve a capacidade de se reinventar e reconquistar o seu espaço no concelho e na região.

Através da sua atividade e contributos, constituiu-se enquanto uma entidade de referência do movimento associativo setubalense, promotora de inúmeras iniciativas de profunda relevância para o território, como o Prémio Bocage, programas de educação ambiental e escavações de âmbito arqueológico.

Apesar das dificuldades enfrentadas, nomeadamente a escassez de apoios e a ausência de uma relação cooperativa sólida entre organismos, a LASA continua a desenvolver um importante trabalho, amplamente reconhecido e sustentado na sua maior riqueza: a sua massa associativa.

Transmitido todo o seu reconhecimento e gratidão pela atividade e contributos desta entidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Associação Desportiva de Aikido de Setúbal

Fundada em 1998, a Associação Desportiva de Aikido de Setúbal assinalou o seu 27.º aniversário no dia 23 de novembro.

Este projeto desportivo foi criado com o objetivo de promover e difundir a modalidade de Aikido no concelho de Setúbal, procurando, por meio da sua atividade, contribuir de forma positiva para a comunidade.

Os contributos da A.D.A.S., assentes no fomento e valorização desta arte marcial, têm demonstrado ter um impacto significativo nas populações, não só no incentivo à atividade física e adoção de estilos de vida mais saudáveis, mas também na promoção do fortalecimento dos laços comunitários e do desenvolvimento global – físico, emocional e cívico – dos praticantes.

Ao longo dos anos, a Associação tem consolidado a sua posição enquanto uma das principais referências da modalidade a nível nacional, contando com distinções como a Medalha de Honra da cidade de Setúbal na classe de desporto. Para além disso, tem ainda acolhido e organizado iniciativas de elevada relevância como estágios nacionais e internacionais.

Em 2025, a A.D.A.S. realizou o 25.º Encontro de Aikido, um Estágio Nacional organizado anualmente pela Associação, bem como um Estágio Internacional de Aikido, celebrando a passagem dos cinquenta anos da primeira demonstração do Mestre Misao Honda e o nascimento da primeira escola de Aikido Aikikai em Portugal. Este evento contou com a presença de uma comitiva de mestres japoneses da Osaka Buikukai (organização de Aikido japonesa).

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Desportiva de Aikido de Setúbal, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

4

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que iria saudar o feito dos atletas que elevam o nome da cidade, reconhecendo publicamente as suas conquistas, a sua dedicação e a excelência com que representam Setúbal e Portugal além-fronteiras.

Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 28 a 30.

“Saudação

Margarida Silva conquista o ouro nos Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025

A atleta setubalense Margarida Silva conquistou a medalha de ouro na prova de 800 metros nos Jogos Surdolímpicos Tóquio 2025, realizados em Tóquio, Japão, entre os dias 15 e 26 de novembro.

Nesta prova, para além de ter alcançado o primeiro lugar do pódio, a atleta estabeleceu um novo recorde. Margarida também participou nos 1500 metros, nos quais conquistou a medalha de prata, numa prova fortemente disputada, em que nem a perda da sapatilha a meio da corrida a impediu de chegar à meta.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Seleção Nacional de Atletismo, toda a equipa técnica, Margarida Silva e o seu treinador, Fernando Ferreira, pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz - Citou Margarida Silva, afirmando: “[...] *que essas medalhas sejam o princípio daquilo que será o futuro do desporto surdo.*” Referiu que, tal como ela, existem outros atletas que, muitas vezes, escondem a sua surdez. Assinalou que Margarida pratica atletismo há 10 anos, plenamente consciente da sua condição e da diferença que a caracteriza. Acrescentou que, tal como o exemplo de Margarida, se espera que outras pessoas possam sentir-se inspiradas pela sua história e assumir a sua surdez sem qualquer tipo de constrangimento.

Assinalou ainda que o treinador e selecionador nacional Danilo Ferreira, bem como os atletas Euclides Soares e Daniel Pereira, todos do Clube Naval Setubalense, se sagraram campeões da Europa de Andebol em Cadeira de Rodas. Quando assinalamos estes

“Saudação

Treinador e atletas do Clube Naval Setubalense sagram-se campeões da Europa de andebol em cadeira de rodas

A Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas sagrou-se campeã da Europa no dia 30 de novembro, em Vilnius, na Lituânia. Entre os protagonistas desta equipa estão Danilo Ferreira, selecionador nacional e treinador do Clube Naval Setubalense, e os atletas Euclides Soares e Daniel Pereira, também do mesmo clube.

Nesta, que foi a primeira edição da prova, Portugal bateu a França na final por 2-1, conquistando o título europeu e garantido um lugar no Campeonato do Mundo, que se realizará em 2026, no Egito.

Face a esta vitória histórica, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas, toda a equipa técnica e os atletas, bem como o Clube Naval Setubalense e, em particular, Danilo Ferreira, Euclides Soares e

Daniel Pereira, pelos resultados obtidos, fazendo votos de muito sucesso para o Campeonato do Mundo.”

Acrescentou que, ao assinalar estes títulos, se fala de muito mais do que desporto: fala-se de trabalho, dedicação, resiliência, igualdade, superação, sonhos e de uma dimensão social que não pode ser esquecida. Referiu que destacar as conquistas destes atletas e destas equipas a leva também a recordar que hoje se celebra o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, podendo, orgulhosamente, dizer-se “pessoas com eficiência”, dada a extraordinária capacidade de alcançarem os objetivos a que se propõem, superando barreiras e obstáculos diariamente.

Sublinhou, ainda, a importância de continuar a superar estigmas, abrir caminhos e construir comunidades mais acessíveis, mais humanas e verdadeiramente inclusivas.

“Saudação

Projeto Consciente(mente) distinguido como boa prática de sustentabilidade

O projeto Consciente(mente), impulsionado pela Divisão da Juventude da Câmara Municipal de Setúbal, foi distinguido como boa prática de sustentabilidade pela Plataforma ODS Local.

A menção honrosa, atribuída ao Município pela dinamização deste projeto, foi entregue a 21 de novembro no âmbito da Conferência ODSlocal'25, com o tema “Horizontes de Inovação: Alcançar os Objetivos”, realizada no Pavilhão Municipal João Francisco Ribeiro Corrêa, no Cadaval.

Distinguido também em 2023 e 2024 com o primeiro lugar do Prémio Regional de Boas Práticas de Voluntariado Jovem, atribuído pelo IPDJ, o projeto, que conta já com 5 edições, é dinamizado nas cinco freguesias do concelho de Setúbal, com o envolvimento de autarquias e movimento associativo, e tem atividades focadas na Educação Ambiental e Sustentabilidade ao nível do território.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Divisão da Juventude da Câmara Municipal de Setúbal e todos os trabalhadores envolvidos neste projeto de promoção da participação cívica e preservação do património cultural e natural do concelho, num contexto de formação não formal, inclusivo e intergeracional, pela distinção.”

Seguidamente, a senhora Vereadora Patrícia Paz leu o seguinte voto de pesar, que fica anexo à presente ata, registado sob o n.º 31.

“Voto de Pesar

Falecimento de Lídia Sequeira

Lídia Sequeira, antiga presidente do Porto de Setúbal, faleceu no passado dia 1 de dezembro. Figura incontornável do setor dos transportes e, especificamente, do sector portuário, constituiu-se como referência ímpar da gestão pública nacional.

Economista de profissão, liderou o Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, entre 2005 e 2013, num período marcado pelo foco na digitalização, consolidação do modelo de negócio do porto e ascensão da atividade do Terminal de Contentores.

Mais recentemente, entre 2016 e 2021, foi presidente do Porto de Setúbal, nomeada por Ana Paula Vitorino, à época ministra do Mar, na altura em que foi instituído um modelo de administração comum para os portos de Setúbal e Lisboa.

4

Amplamente reconhecida pela sua visão, dedicação e competência, deixa uma marca profunda no desenvolvimento, modernização e afirmação do setor portuário em Portugal. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista transmitem à sua família, amigos e todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências.”

Sra. Presidente - Disse que a sua bancada se associava a este voto de pesar, referindo que, de facto, passou pelo porto de Setúbal uma grande senhora, uma mulher de notável carácter, que deixou a sua marca na comunidade. Acrescentou que, pessoalmente, teve a honra de ser sua amiga, com muito orgulho, e manifestou as suas mais sentidas condolências, estendendo-as também ao Partido Socialista e à sua família.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 32 a 38.

“Saudação

Aniversário Sociedade Capricho Setubalense

É com enorme orgulho e respeito que saudamos a Sociedade Musical Capricho Setubalense pelos seus notáveis 158.º anos de existência e dedicação ininterrupta à cultura e à cidade de Setúbal.

Fundada em 1867, a Capricho Setubalense é muito mais do que uma associação musical, é um verdadeiro pilar da identidade sadina e um dos mais antigos e respeitados emblemas da região. A sua importância reside em vários aspetos cruciais, no qual acompanhou e marcou os momentos mais importantes da vida de Setúbal ao longo de quase dois séculos.

A sua Escola de Música e Banda Filarmónica desempenham um papel insubstituível na formação de jovens músicos, no desenvolvimento da educação artística, assim como a sua banda, de orquestras de jazz e outros projetos, a coletividade tem sido dinamizadora da vida cultural da cidade, promovendo a criação e a fruição artística para toda a comunidade, enriquecendo o movimento associativo local

A Sociedade Capricho Setubalense tem sido Símbolo de Perseverança, atravessando guerras, regimes e crises, a sua longevidade é um testemunho da dedicação dos seus dirigentes, sócios e músicos, mantendo viva a matriz da música filarmónica em Setúbal.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude e felicite a Sociedade Capricho Setubalense, que estes 158 anos sirvam de inspiração e que a melodia da Capricho Setubalense continue a ecoar com força e brilho no coração de Setúbal por muitos e longos anos!”

“Saudação

Aniversário Associação Desportiva de Aikido de setúbal (A.D.A.S)

A Associação Desportiva de Aikido de Setúbal (A.D.A.S) celebrou o seu 27º Aniversário no passado dia 23 de novembro. Desde a sua fundação em 1998, a A.D.A.S tem desempenhado um papel vital na promoção do Aikido, uma arte marcial que cultiva não apenas a técnica de



autodefesa, mas também valores essenciais como a harmonia, o autocontrolo, a introspeção e a paz interior.

Ao longo destes 27 anos, a sua dedicação tem contribuído de forma inestimável para o desenvolvimento desportivo e para o crescimento pessoal dos seus praticantes, desde os mais jovens aos mais velhos. O reconhecimento do vosso trabalho, evidenciado, por exemplo, pela Medalha de Honra da cidade de Setúbal (classe Desporto) em 2023, é totalmente merecido.

Desejamos que continuem com o excelente trabalho de difusão destes valores e da prática do Aikido e que o futuro traga muitos mais anos de sucesso, de crescimento e de valiosas contribuições para a cidade de Setúbal.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude e felicite a Associação Desportiva de Aikido de Setúbal, os seus órgãos sociais, mestres e associados, desejando muitos mais anos de sucesso, crescimento e contribuições para a cidade de setúbal.”

“Saudação

Aniversário Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia

O Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia celebrou o seu 45º Aniversário no passado dia 29 de novembro, quatro décadas e meia a servir a comunidade são um marco notável, recheado de sucesso, dedicação e inúmeros contributos nas áreas Desportiva, Cultural e Recreativa, desempenhando um papel fundamental na dinamização e união da freguesia de Gâmbia bem como as freguesias vizinhas.

Para além do desporto, o Clube tem sido um dinamizador cultural, um palco vivo para a expressão artística, a preservação de tradições e a promoção da identidade local. Através de eventos, espetáculos e iniciativas, o Clube garante que a cultura local permaneça viva e acessível a todos.

Acima de tudo, o Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia é um ponto de encontro, um espaço de convívio intergeracional que fomenta a amizade e a solidariedade, e o estreitamento de laços, no qual se constrói o sentimento de pertença que é a base de uma comunidade forte.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude e felicite o Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia, que continue a prosperar e a ser um pilar da comunidade por muitos e longos anos.”

“Saudação

Aniversário Sociedade Filarmónica Providência de Vila Fresca de Azeitão

No passado dia 26 de novembro, a Sociedade Filarmónica Providência de Vila Fresca de Azeitão celebrou o seu 145.º aniversário, fundada em 1880, esta instituição é um pilar cultural em Vila Fresca de Azeitão, que representa a consolidação de um legado de inestimável valor para a identidade da região.

Desde cedo, a Sociedade destacou-se como um espaço de formação, com a sua escola de música, ao longo de mais de um século, ofereceu instrução musical gratuita ou a baixo custo, garantindo que a música não fosse um privilégio, mas um direito acessível a todos os jovens da comunidade, inculcando-lhes valores essenciais como a disciplina, o trabalho de equipa, o

respeito e a perseverança – competências cruciais que se refletiram na vida cívica e profissional dos azeitonenses.

Expressamos a nossa profunda gratidão a todos os que, com abnegação e mérito, contribuíram e continuam a contribuir para a vitalidade desta instituição: desde os músicos que dignificam a arte, aos mestres que a ensinam e aos corpos gerentes que a administram. A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude e felicite a Sociedade Filarmónica Providência Azeitonense, que prossiga a sua meritória missão por muitos e longos anos, mantendo-se como uma referência cultural e um motivo de inquestionável orgulho para Vila Fresca de Azeitão e para o concelho de Setúbal.”

“Saudação

70.º aniversário LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

Setenta anos após a sua fundação, em 28 de novembro de 1955, a LASA é, acima de tudo, a consagração de uma história rica de intervenção cívica, na defesa do património cultural e ambiental de setúbal e azeitão.

Desde a sua génese, a Liga ergueu-se como a consciência crítica da nossa comunidade, A LASA sempre uma voz inabalável que se levantou em defesa da Serra da Arrábida e do Estuário do Sado, alertando para a necessidade de os proteger e integrar no desenvolvimento da cidade, garantindo que o seu futuro está ligado ao destino destes tesouros naturais.

O empenho na divulgação da cultura e história local, evidenciado pelo Núcleo de Estudos Cetobrigenses e pela Revista LASA, é inestimável. A recente e notável contribuição para a memória de Setúbal, através da publicação de “Álbum Fotográfico” um álbum com as mais antigas fotografias da cidade (1867) da autoria de Antero Frederico Ferreira de Seabra, demonstra o vosso papel insubstituível na conservação da memória coletiva.

O mérito da LASA espelha-se no seu legado de consciência crítica e ação constante em prol da comunidade e do seu ambiente, em que foi justamente reconhecido em 2001 com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal na Classe de Cultura.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setúbal, Saude e felicite a LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, Dirigentes e Associados, que o vosso percurso continue a ser balizado pelo mesmo espírito de amizade, altruísmo e, acima de tudo, pela mesma cidadania ativa que vos tem caracterizado ao longo destas sete décadas.”

“Saudação

46.º aniversário do Coral Infantil de Setúbal

O Coral Infantil de Setúbal, celebrou no passado dia 24 de novembro o seu 46.º aniversário, quase meio século de dedicação ininterrupta à música e à formação cívica e artística de gerações de jovens em Setúbal, é um feito que transcende no tempo, representando um património cultural e humano de valor inestimável.

Com um percurso notável, e reconhecido, tanto a nível Nacional, com parcerias artísticas, que permitiram atuar ao lado de orquestras sinfónicas, bandas filarmónicas ou artistas de renome nacional, em palcos como o CCB, a Fundação Calouste Gulbenkian ou em programas televisivos nacionais, bem como a nível internacional, com inúmeras viagens e participações em festivais e concursos de Coros, representando a cidade de Setúbal e Portugal, em países



como Espanha, França, Itália, Brasil e outros, momentos estes, que cimentaram a sua reputação além-fronteiras.

É, na verdade, uma instituição vitalícia que se tornou um pilar fundamental na comunidade setubalense, formando não apenas artistas talentosos, mas cidadãos conscientes e disciplinados. O seu verdadeiro triunfo reside no capital humano que constrói e a memória afetiva que unem as centenas de vozes que por lá passaram e que hoje constituem o seu Coro Feminino TuttiEncantus.

Olhando para o futuro, o Coral reafirma o seu compromisso inabalável com a excelência artística e com a missão de continuar a ser um berço de talentos e um digno embaixador da cultura, garantindo que a sua melodia única ressoe em Setúbal e no mundo por muitas décadas vindouras.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setubal, Saúde e felicite o Coral Infantil de Setúbal, os seus diretores, maestros e a todos os elementos que, ao longo destas décadas, dedicaram o seu talento e paixão a este projeto, especialmente às crianças e jovens coralistas, que carregam esta linda tradição, que o Coral Infantil de Setúbal continue a crescer, a encantar e a espalhar a alegria da música.”

“Saudação

Aniversário Grupo Desportivo Setubalense "Os 13"

Dirigimo-nos ao Grupo Desportivo Setubalense "Os 13" para expressar as nossas mais calorosas felicitações por ocasião do seu 104.º Aniversário celebrado no passado dia 1 de dezembro.

Alcançar esta marca centenária constitui um feito notável e é um claro reflexo da resiliência, da visão e do compromisso de todos quantos servem e serviram esta casa.

Desde a sua fundação, o Grupo Desportivo Setubalense "Os 13" tem sido um elemento fundamental na vida da nossa cidade. A sua contribuição vai além dos resultados desportivos, sendo um pilar essencial na promoção do associativismo, da formação humana e do convívio cívico.

O legado construído ao longo de 104 anos é um testemunho da vitalidade da sua missão e da lealdade dos seus membros. É um orgulho para Setúbal ter uma instituição com esta longevidade e profundidade de impacto.

Formulamos os mais sinceros votos de que a próxima etapa da vossa história seja marcada por continuados êxitos, prosperidade e a certeza de que o vosso papel na comunidade se manterá insubstituível.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal de Setubal saude e felicite o Grupo Desportivo Setubalense "Os 13" pelos 104 anos de história e serviço à comunidade.”

Seguidamente a Senhora Vereadora Carla Guerreiro apresentou a seguinte Moção, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 39.

“Moção

Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

Em 1993, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 48/104 pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que define este tipo de violência como qualquer ato de violência com base no género que resulte, ou que possa resultar, em dano ou

sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, incluindo ameaças de atos dessa natureza, coação ou privação de liberdade, quer esta ocorra na vida pública ou privada.

Seis anos depois, a Assembleia-Geral das Nações Unidas proclama o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

A violência contra mulheres e raparigas continua a ser uma das violações dos direitos humanos mais prevalentes e generalizadas, em todo o mundo, quase uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo, violência sexual por parte de alguém que não é o parceiro, ou ambos, pelo menos uma vez na vida.

Em Portugal de acordo com o relatório preliminar do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), entre 1 de janeiro e 15 de novembro de 2025 foram assassinadas 24 mulheres.

A problemática de violência contra as mulheres e raparigas não pode ser dissociada da crescente banalização da “Cultura da Violência” que atravessa diversos domínios da sociedade e forja a subversão de valores e alteração nos comportamentos e atitudes, todas as formas de violência - violência doméstica e no namoro, prostituição, tráfico humano, violação, assédio moral e sexual, exploração no trabalho, mutilação genital, objectificação do corpo da mulher e outras, quer sejam cometidas em casa, no espaço público, no trabalho, na publicidade, na internet, nas zonas de conflito e de guerra – são inaceitáveis e devem ser combatidas, prevenidas e erradicadas, a luta exige um compromisso coletivo, que passa pela implementação de políticas eficazes, pelo apoio às vítimas e pelo trabalho contínuo na prevenção, através da desconstrução de preconceitos e estereótipos que perpetuam a desigualdade e a violência na sociedade portuguesa.

É fundamental haver um esforço de intervenção nacional e local, é necessário reconhecer que esta luta exige um compromisso coletivo, que passa pela implementação de políticas públicas eficazes, é necessário garantir uma articulação e cooperação adequada entre serviços públicos que intervêm neste domínio – forças de segurança, sistema judicial, segurança social, saúde (incluído a saúde mental) que permita celeridade de resposta, assegurando o acesso a serviços de apoio, a par da forte e continuada formação de todos que intervêm neste domínio.

Face ao papel incontornável desempenhado pelos municípios no desenvolvimento social local, e por considerar que a violência contra as mulheres constitui um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, ao violar, dificultar ou anular o gozo dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 3 de dezembro de 2025, vem;

Manifestar repúdio por todas as formas de violência, e assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, alertando para a consciencialização da comunidade para a importância da prevenção da violência sobre as mulheres, com particular atenção para a violência doméstica.”

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Disse que a presente moção tem como objetivo promover uma reflexão sobre a situação da violência contra mulheres, raparigas e meninas, fenómeno que constitui uma violação dos direitos humanos. Referiu que, infelizmente, em Portugal, até à presente data, já foram assassinadas 24 mulheres, evidenciando-se tratar de uma problemática cuja resolução tarda em concretizar-se.

A Senhora Presidente apresentou a seguinte Saudação, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 40.

“Saudação

A Câmara Municipal de Setúbal saúda pela passagem do aniversário as várias associações, coletividades, clubes, que fazem parte do Movimento Associativo em Setúbal, no período de 19 de novembro a 3 de dezembro.

O Movimento Associativo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades e no bem-estar das populações. Estas organizações são essenciais para a promoção da cidadania ativa, a inclusão social e a dinamização cultural e desportiva.

Em Setúbal, o Movimento Associativo tem uma longa tradição e continua a ser um motor de transformação social e comunitária. Assim endereçamos os parabéns às seguintes organizações:

- 30/11/1913 Associação Ateneu Setubalense*
- 20/11/1985 Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras*
- 23/11/1998 Associação Desportiva de Aikido de Setúbal*
- 27/11/2001 Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal*
- 27/11/1980 Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia*
- 24/11/1979 Coral Infantil de Setúbal*
- 21/11/1915 Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Setúbal*
- 28/11/1955 LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão*
- 14/12/2017 Orquestra Típica e Cantares de Azeitão*
- 22/11/1867 Sociedade Musical Capricho Setubalense*
- 26/11/1880 Sociedade Filarmónica Providência*
- 20/11/1910 Vitória Futebol Clube*
- 30/11/2001 YMCA Setúbal*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a todos pelo trabalho que desenvolvem em prol dos Municípios de Setúbal.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 71A/2025 – Proposta n.º 08A/2025 – GAP – Aprovação da Penúltima e Última Ata do Mandato Anterior

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada em minuta e apenas pelos membros da Câmara Municipal que participaram nas respetivas reuniões, a Vereadora Carla Guerreiro, o Vereador Fernando José, o Vereador Joel Marques e a Vereadora Patrícia Paz.

2. Deliberação n.º 72A/2025 – Proposta n.º 09A/2025 – GAP – Representante do Município na Associação da Baía de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 73A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – GAP - Representante do Município na ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 74A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – GAP - Representantes do Município na AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 75A/2025 – Proposta n.º 12A/25/GAP - Designação dos membros do Conselho de Administração da Fundação Escola Profissional de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45.

Sra. Presidente – Informou que havia sido proposta uma consulta relativamente à paridade, a qual não se realizou, uma vez que não existe qualquer impedimento em proceder à substituição do vereador Paulo Maia pela vereadora Maria do Carmo Tiago. Assim, encontram-se reunidas as condições de paridade necessárias para que se possa dar início à discussão e votação da presente deliberação, relativa à designação dos membros do Conselho de Administração da Fundação da Escola Profissional de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Relativamente à presente proposta, referiu que os vereadores do Partido Socialista haviam levantado, na última reunião, a questão da paridade. Esclareceu que, em termos de enquadramento jurídico, a questão da paridade encontra-se resolvida; no entanto, ao proceder às nomeações, torna-se necessário considerar atentamente a composição do Conselho de Administração e os perfis das pessoas a nomear. Salientou que não pretende questionar o percurso profissional ou o currículo de qualquer pessoa, mas exemplificou que, se compreendia a nomeação do vereador Paulo Maia para o Conselho de Administração da Escola Profissional, dada a sua ligação à área financeira e à respetiva responsabilidade na Câmara, não consegue perceber a inclusão da vereadora Maria do Carmo como vogal do Conselho, por mais respeito que tenha pelo seu percurso e competência profissional.

Referiu que a troca de vereador por vereadora visa apenas cumprir a questão da paridade, mas destacou que não se deve limitar apenas ao enquadramento jurídico, sendo necessária uma justificação adequada, considerando a correspondência das áreas de competência dos nomeados com as funções do Conselho de Administração.

4

Assinalou, ainda, que esta questão não constitui um obstáculo inultrapassável para os vereadores do Partido Socialista, mas levanta sérias dúvidas relativamente à proposta de nomeação do presidente do Conselho de Administração.

Referiu que os vereadores do Partido Socialista entendem que o perfil do presidente da Escola Profissional deve ser de alguém ligado ao ensino profissional, com disponibilidade e conhecimento da identidade da instituição, do concelho de Setúbal e da realidade do tecido empresarial local. Salientou que o presidente do Conselho de Administração terá uma responsabilidade acrescida, uma vez que os desafios futuros passam, nomeadamente, pela criação de condições junto do tecido empresarial para que os jovens possam ter mais estágios e para que a Escola Profissional consiga oferecer respostas adequadas às necessidades do concelho.

No entanto, para além desta questão de disponibilidade, surgem dúvidas de enquadramento jurídico relativamente à nomeação proposta. No currículo entregue, verifica-se que o Professor Doutor José Canavarro desempenha atualmente diversas funções: professor auxiliar com nomeação definitiva na Faculdade de Psicologia, membro da Comissão Científica do Mestrado em Administração Educativa, membro da Comissão Científica do Doutoramento em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, membro da Comissão Científica do Doutoramento em Psicologia da Educação da Universidade de Lisboa, investigador do Centro Interdisciplinar de Estudos do Século XXI da Universidade de Coimbra, consultor em gestão de recursos humanos, consultor em educação e informação, sócio-gerente de empresa, membro do Conselho Nacional de Psicólogos e vogal do Conselho Científico da Associação de Empresários.

Deste modo, questionou se existe algum parecer que habilite os vereadores a votar, com a devida segurança, de que não existe qualquer incompatibilidade entre o cargo a que se propõe a sua nomeação e as funções atualmente exercidas pelo referido docente, uma vez que na proposta não se indica que haverá suspensão das atividades que desempenha.

Considerou que a deliberação deveria estar acompanhada de um parecer jurídico que assegure a inexistência de incompatibilidades. Propôs, portanto, que a presente deliberação fosse retirada para que fosse acompanhada desse parecer, colocando a proposta à consideração da Senhora Presidente.

Sra. Presidente – Mencionou que o Professor Doutor José Manuel Canavarro é uma figura de reconhecido mérito académico e profissional, com um percurso notável no ensino, sendo professor na Universidade de Coimbra, com experiência destacada nas áreas da educação, formação e gestão. Referiu que constitui motivo de orgulho que este setubalense de adoção tenha aceite, com entusiasmo, assumir a presidência da Escola Profissional, por paixão à cidade e ao ensino. Salientou que não existem incompatibilidades, tendo sido esta questão verificada diretamente com o docente, considerando-o uma pessoa idónea e consciente das responsabilidades que irá assumir. Considerou, assim, que a proposta não deve ser retirada, devendo ser discutida e votada relativamente à constituição do Conselho de Administração.

Quanto à vereadora Maria do Carmo, referiu que possui todas as condições e requisitos necessários para desempenhar funções de vogal nesta reputada instituição da Fundação Escola Profissional, pelo que também se considera adequada para ocupar este cargo.

Destacou que a deliberação não deve ser retirada, uma vez que a Escola Profissional se encontra sem Conselho de Administração ativo, estando pendentes diversas situações que carecem de resolução, e que a eleição do Conselho de Administração é urgente. Concluiu reforçando que não se verifica qualquer incompatibilidade relativamente ao Professor Doutor José Manuel Canavarro.

Sr. Vereador Paulo Maia – Acrescentou uma nota relativamente à vereadora Maria do Carmo, destacando que, para além do percurso já referido pelo vereador Fernando José, reconhecido pelo mérito académico e profissional, a experiência em gestão da Dra. Maria do Carmo, bem como a sua valência jurídica, constituem uma mais-valia para o Conselho de Administração da Escola Profissional.

Sra. Vereadora Maria do Carmo - Acrescentou que o facto de a sua licenciatura ser em Direito, e não em Gestão de Empresas ou Economia, não constitui, de forma alguma, um problema acrescido para o desempenho das funções a que é proposta. Esclareceu que a Escola Profissional possui um órgão de fiscalização responsável pela supervisão da área financeira e das contas, nomeadamente através do fiscal único a designar pelo Executivo Municipal. Sublinhou que as funções para as quais é proposta não se relacionam especificamente com a área financeira, que já se encontra salvaguardada pelos referidos mecanismos, estando assim garantido o cumprimento das obrigações legais e estatutárias da associação.

Sr. Vereador Paulo Maia - Acrescentou, ainda, que, conforme referido pelo vereador Fernando José, possui responsabilidade sobre a área das Finanças da Câmara Municipal. Considerando que a Escola Profissional se insere no universo da Câmara, salientou que as contas da instituição deverão ser prestadas à Câmara Municipal e serão analisadas pela mesma, em momento oportuno, no âmbito da gestão, assegurando assim o devido acompanhamento financeiro.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Salientou que, sem pretender emitir juízos de valor sobre o currículo do Professor Doutor José Manuel Canavarro, considera que as inúmeras funções que atualmente desempenha poderão não ser compatíveis com uma gestão de proximidade do dia a dia da Escola Profissional. Contudo, reforçou que o objetivo da presente deliberação é apenas designar o Conselho de Administração, avaliando-se as qualidades das pessoas para o exercício dessas funções.

Sugeriu que a votação deveria ser realizada por voto secreto, uma vez que, segundo o disposto no artigo 31.º do CPA, quando as deliberações envolvem juízos de valor sobre comportamentos ou qualidades de pessoas, o escrutínio deve ser efetuado por voto secreto. Referiu não ser jurista, reconhecendo a presença de outros juristas na sala, mas entendeu importante submeter esta questão à consideração da Câmara, de forma a evitar que uma eventual votação por braço no ar possa ser posteriormente inviabilizada.

Sra. Presidente – Referiu que se realizaram várias votações relativas à avaliação das pessoas que irão representar a Câmara nas diferentes entidades.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Referiu que, em uma das votações, a apreciação incidiu sobre o currículo do candidato, sendo a votação realizada com base na adequação do mesmo à função a desempenhar.

Sra. Presidente - Referiu que a utilização do voto secreto não se justifica, uma vez que nunca ocorreu anteriormente na Fundação Escola Profissional ou em outros Conselhos de Administração, sendo esta a primeira vez que tal seria aplicado.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 do SET V-25 e 2 do CHEGA, e 5 contra, 4 do PS e 1 da CDU.

6. Deliberação n.º 76A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DCDJ – Plano de Recuperação e Resiliência – Bairros Comerciais Digitais/Setúbal Connect – Protocolo Easy Pay

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

Sr. Vereador António Cachaço – Disse que gostariam de receber a documentação relativa a este projeto, incluindo informações sobre as ações previstas e já realizadas, as verbas

alocadas e a taxa de execução. Esta informação é necessária para que possam proceder à análise adequada do projeto.

Sra. Presidente – Solicitou que os serviços, através do Dr. Luís Liberato, responsável pelo projeto, fizessem chegar ao gabinete do CHEGA a documentação mencionada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 77A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DCDJ/DIDES – Representação do Município de Setúbal no Conselho de Curadores e Fundadores da Fundação do Desporto

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 a 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 78A/2025 – Proposta n.º 06A/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Setúbal - Isenção de 50% do total da taxa de utilização de instalação desportiva municipal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 79A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DEB/DIAPE – Parecer para Regime de Exceção dos Horários Duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal 2025/2026

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 80A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DEB/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Conselho 2025/2029 - RETIRADA

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53.

Sr. Vereador Fernando José - Referiu que, no mandato anterior, a Câmara Municipal de Setúbal aprovou, sob proposta da senhora vereadora Carla Guerreiro, então com responsabilidade pela área da Educação, uma medida que considerou adequada: a representação dos presidentes de junta de freguesia nos Conselhos Gerais, tendo em conta

4

que as escolas se encontram nos respetivos territórios, que as juntas acompanham de perto a atividade escolar, têm responsabilidade pela limpeza e manutenção dos logradouros e pela manutenção das escolas de 1.º ciclo. Considerou, portanto, que fazia todo o sentido que os presidentes de junta, ou os representantes indicados pelas juntas, estivessem presentes nestes Conselhos.

Salientou que a proposta atualmente apresentada para o mandato 2025-2029 retira as juntas de freguesia destes Conselhos Gerais, o que não considera adequado. Requereu, assim, à senhora Presidente que a proposta fosse retirada para permitir uma melhor avaliação e uma conversa com os presidentes de junta, acreditando que, embora alguns já concordem, será necessário assegurar o consenso de todos.

Os vereadores do Partido Socialista sugeriram, portanto, que a proposta fosse retirada, de modo que a senhora Presidente possa dialogar com as juntas de freguesia e garantir a inclusão dos respetivos representantes nos Conselhos Gerais.

Sra. Presidente – Referiu que já teve a primeira reunião com os seus serviços, após as reuniões gerais, nas quais todos os vereadores já participaram. Informou que os técnicos, alguns dos quais já se encontram ao serviço há muitos anos, passando por vários mandatos, e outros que ingressaram apenas no mandato anterior, sugeriram que a composição dos Conselhos Gerais fosse restrita apenas aos técnicos superiores e dirigentes. Justificaram que, por vezes, algum desconhecimento do funcionamento das escolas impede que os eleitos compreendam plenamente os processos, pelo que o funcionamento dos Conselhos Gerais se realiza de forma mais eficaz com a participação exclusiva destes técnicos e dos professores.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Explicou que, no entendimento do que deve ser o espírito de um Conselho Geral, considera que faz plenamente sentido que nele estejam representados os técnicos, as juntas de freguesia e também os eleitos. Referiu que compreende a razão pela qual, na proposta apresentada, não se incluem eleitos, porém entende que a sua presença é pertinente.

Recordou que os Conselhos Gerais são órgãos deliberativos das escolas, nos quais as comunidades estão igualmente representadas, sendo comum que as próprias escolas integrem empresas, entidades ou associações com relevância no território. Foi nesse contexto que, no mandato anterior, apresentou a proposta — tal como referido pelo senhor vereador — no sentido de incluir um membro da junta de freguesia e dois representantes da Câmara Municipal, garantindo que, sendo três, a Câmara manteria um peso acrescido na votação das matérias.

Acrescentou que, na prática, a presença dos representantes das juntas de freguesia revelou ser positiva e valorizada no funcionamento dos Conselhos Gerais. Considerou, por isso, que esta composição se enquadra no espírito da lei, a qual prevê a possibilidade de membros das juntas integrarem estes órgãos.

Informou, no entanto, que, por razões profissionais, solicitará escusa de participação na votação da proposta, entendendo não ser adequado votar nesta matéria. Ainda assim, entendeu ser importante deixar registadas as suas observações quanto à representação dos presidentes de junta e da própria Câmara, apresentando estes contributos para reflexão.

Sra. Presidente – Referiu que estava inclinada a retirar a proposta, apesar de os serviços técnicos defenderem que a mesma deve ser votada tal como se encontra. Assinalou que desconhece em detalhe o que ocorreu nos últimos quatro anos e que, eventualmente, a senhora vereadora poderá esclarecer melhor essa situação.

Acrescentou que, não obstante a posição dos técnicos, considera possível retirar a proposta para permitir um diálogo prévio com as juntas de freguesia e com a área da Educação, de forma a compreender com precisão o que motivou a alteração e quais as questões que possam não ter funcionado adequadamente.

Recordou que esta matéria foi abordada na reunião preparatória e que, nessa ocasião, os técnicos reiteraram a sua recomendação, embora não tenha conhecimento concreto dos



motivos que levaram a tal posição. Concluiu indicando que a senhora vereadora poderá esclarecer o que não terá corrido bem no período anterior.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Referiu que cada interveniente terá naturalmente a sua própria avaliação, mas considerou que seria igualmente importante auscultar os próprios conselhos gerais. Entendeu que um simples contacto com os respetivos presidentes permitiria perceber se a participação das juntas de freguesia constitui, ou não, uma mais-valia. Acrescentou que, do ponto de vista prático e também teórico, faz todo o sentido que as juntas de freguesia, enquanto elementos de proximidade da comunidade e atendendo às responsabilidades que lhes estão atribuídas, possam desempenhar um papel ativo neste órgão. Reconheceu que poderão existir conselhos gerais cujo funcionamento tenha sido melhor ou pior, como sucede em qualquer contexto, mas destacou que, face aos objetivos previstos na legislação, esta pluralidade de representações é positiva e desejável.

Sra. Presidente - Referiu que não existia inconveniente em adiar o assunto por mais quinze dias, podendo aguardar-se um pouco mais para verificar o que estará em condições de ser despachado.

Informou que, no dia seguinte, estariam previstas reuniões com as Juntas de Freguesia e iriam tratar dos assuntos em análise.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 81A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DURB/GARIU – Pedido de ocupação de espaço público com viatura móvel e tenda de apoio – Ratificação – Processo n.º 13/22

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 82A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DURB/GARIU – Publicidade exterior móvel com suporte sonoro – Ratificação – Processo n.º 108/25

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 83A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DURB/GARIU – Captações de imagens com pedido de isenção de taxas - Processo n.º 116/25 - RETIRADA

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que se encontravam perante um requerimento apresentado por uma sociedade por quotas, uma empresa limitada, que, de acordo com a informação constante na proposta, não beneficia de apoios públicos, não podendo, portanto,

4

ser considerada uma equipa de carácter não comercial. Salientou que a empresa em questão possui 635 contratos com entidades públicas registados no Portal Base, dos quais 17 foram celebrados com o Município de Setúbal, incluindo 2 contratos celebrados no corrente ano, que totalizaram 91 mil euros de faturação.

Considerou que, face a este histórico de contratação pública, não se enquadra o carácter independente e não comercial do projeto apresentado. Tentou-se, igualmente, identificar os sócios da empresa, verificando-se que, embora sejam do distrito, não residem em Setúbal.

Concluiu que, nos termos em que a proposta foi apresentada, não se encontram reunidas as condições para a sua aprovação. Admitiu que, eventualmente, se poderia tratar de uma equipa de artistas ou de um projeto independente representado por esta empresa, dado que esta efetivamente produz espetáculos e eventos; no entanto, a proposta apresentada não reflete essa configuração.

Pelo exposto, considerou que, por se tratar de um requerimento apresentado por uma empresa com histórico de contratação pública, particularmente com o Município de Setúbal, não se justifica a sua aprovação.

Sra. Vereadora Maria do Carmo - Reconheceu que, de facto, o requerimento foi apresentado por uma sociedade por quotas, uma empresa limitada. Contudo, explicou que lhe foi transmitido que a atividade seria promovida por um grupo de cidadãos de Setúbal, incluindo um nome localmente conhecido, que tem levado projetos de Setúbal para fora do concelho.

Foi referido que se trataria de uma atividade específica, desenvolvida por algumas destas pessoas de Setúbal, no âmbito de filmagens, não sendo certo se estas seriam realizadas para a empresa ou não. A questão apresentada indicava que se tratava de um grupo de cidadãos de Setúbal, com referência à "A Garota Não", acompanhada por dois ou três elementos da cidade, com a intenção de realizar filmagens sem fins lucrativos.

Concluiu que a apresentação do requerimento pode ter ocorrido de forma inadvertida, não refletindo totalmente o carácter não comercial ou independente do projeto pretendido.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que não era conhecido quem seriam os artistas envolvidos e que, considerando tratar-se de uma empresa, não se configurava um projeto de carácter independente e não comercial. Salientou que, para efeitos de isenção de taxas, o requerimento deve ser apresentado diretamente por quem efetivamente realizará a atividade e dela beneficiará, e não por interposta pessoa ou entidade.

Explicou que, ao apresentar o requerimento uma sociedade comercial, estar-se-ia a isentar a empresa, e não as pessoas que esta representa. Recordou que um dos espetáculos contratados pelo Município de Setúbal a esta empresa, já este ano, foi precisamente o da "A Garota Não", em setembro, reforçando que o requerimento deve ser efetuado por quem irá beneficiar da atividade, sob pena de se tratar apenas de uma sociedade, e não dos artistas diretamente.

Sra. Vereadora Maria do Carmo - Referiu que compreendia perfeitamente a questão colocada e, face a isso, apresentou duas opções: ou retirar a proposta, ou submetê-la a votação. Propôs, portanto, a retirada da proposta.

Sra. Presidente – Informou que a proposta seria retirada.

14. Deliberação n.º 84A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DURB/GAPRU – Cessação de efeitos jurídicos das zonas de pressão urbanísticas da ARU Azeitão e da ARU Setúbal - Processo n.º 16/23

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 a 65.

Sra. Vereadora Maria do Carmo – Referiu que a questão subjacente se prende com uma deliberação, recordando que o anterior executivo havia deliberado classificar como zonas de pressão urbanística as áreas abrangidas pelas ARU e toda a zona da cidade de Setúbal. Esclareceu que o corolário dessa classificação consiste na possibilidade de serem aumentadas as taxas de IMI até 900%. Assinalou que, após a tomada da primeira deliberação, foram intentadas várias ações judiciais, apresentadas diversas reclamações graciosas junto da Autoridade Tributária e, inclusivamente, formulados pedidos de devolução de verbas ao Município de Setúbal.

Referiu que, efetivamente, se considera que as zonas de pressão urbanística não devem sobrepor-se às zonas de ARU, uma vez que estas já beneficiam de majorações de IMI aplicáveis aos prédios devolutos e aos prédios em ruínas, os quais já se encontram penalizados. Acrescentou que classificar essas mesmas áreas como zonas de pressão urbanística implica uma dupla penalização dos mesmos imóveis e dos mesmos proprietários em matéria de IMI.

Recordou que a anterior Câmara, através do executivo então em funções, deliberou suspender a aplicação da classificação como zona de pressão urbanística nas áreas da cidade de Setúbal, com exceção das ARU de Setúbal e de Azeitão. Explicou que o que se pretende agora propor é a cessação dos efeitos jurídicos dessa classificação nessas duas ARU, atendendo a que os prédios devolutos e em ruínas aí existentes já se encontram sujeitos a majoração.

Esclareceu, ainda, que se propõe a cessação dos efeitos jurídicos, e não a revogação, por forma a permitir avaliar a possibilidade de implementar outro mecanismo que efetivamente obrigue os proprietários à reabilitação, evitando que, apesar da majoração existente, persistam prédios devolutos ou em mau estado nos centros históricos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CHEGA, e 1 contra da CDU.

15. Deliberação n.º 85A/2025 – Proposta n.º 57A/2025 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição de fundos de manei

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Submetidas a votação foram as propostas aprovadas por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 86A/2025 – Proposta n.º 58A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta do Postigo da Pedra, n.º 19, em Setúbal

Sr. Vereador Paulo Maia – Informou que voltaria a apresentar as propostas de votação em bloco dos pontos 16 a 55 da Ordem de Trabalhos, por se tratar de matérias relativas ao exercício do direito de preferência. Recordou que, na última reunião ordinária de Câmara, esta questão havia sido abordada, tendo sido equacionada a apresentação de uma proposta de alteração à delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara.

4

Esclareceu que já foi alcançado consenso relativamente a essa matéria e que, na próxima reunião, será apresentada a proposta de não exercício do direito de preferência por parte da Câmara Municipal, retomando a prática anteriormente adotada.

Assim, propôs que se procedesse à votação em bloco dos pontos 16 a 55 da Ordem de Trabalhos, caso não existissem pedidos de esclarecimento.

Sra. Presidente – Questionou os Senhores Vereadores sobre se estavam de acordo com o procedimento proposto, informando que, em caso afirmativo, se passaria à aprovação das referidas propostas em bloco.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67.

17. Deliberação n.º 87A/2025 – Proposta n.º 59A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.º 18 3.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 16).

18. Deliberação n.º 88A/2025 – Proposta n.º 60A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 3, R/C Esq.º em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 16).

19. Deliberação n.º 89A/2025 – Proposta n.º 61A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 3, 5.º B em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 16).

20. Deliberação n.º 90A/2025 – Proposta n.º 62A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório de Freitas, n.º 19 em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 16).

21. Deliberação n.º 91A/2025 – Proposta n.º 63A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Carlos Ary dos Santos, n.º 13 em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 16).

4

- 22. Deliberação n.º 92A/2025 – Proposta n.º 64A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 25, R/C Dt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 16).

- 23. Deliberação n.º 93A/2025 – Proposta n.º 65A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínia Silva, n.º 5, 2.º Dt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 16).

- 24. Deliberação n.º 94A/2025 – Proposta n.º 66A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, 4.º Dt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 16).

- 25. Deliberação n.º 95A/2025 – Proposta n.º 67A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Freire, n.º 1B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 16).

- 26. Deliberação n.º 96A/2025 – Proposta n.º 68A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Geminação, n.º 6, 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 16).

- 27. Deliberação n.º 97A/2025 – Proposta n.º 69A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 5, 4.º Dt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 15).

- 28. Deliberação n.º 98A/2025 – Proposta n.º 70A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16, 7.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 16).

4

- 29. Deliberação n.º 99A/2025 – Proposta n.º 71A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 69, 3.º Dt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 16).

- 30. Deliberação n.º 100A/2025 – Proposta n.º 72A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Lozano, n.º 80, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 16).

- 31. Deliberação n.º 101A/2025 – Proposta n.º 73A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Manuel Aldegalega, n.º 3, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 16).

- 32. Deliberação n.º 102A/2025 – Proposta n.º 74A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 3, 5.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 16).

- 33. Deliberação n.º 103A/2025 – Proposta n.º 75A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Concha, lote 139, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 16).

- 34. Deliberação n.º 104A/2025 – Proposta n.º 76A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Ilha da Madeira, n.º 4 e 5 R/C Drt.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 16).



- 35. Deliberação n.º 105A/2025 – Proposta n.º 77A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite de Vasconcelos, lote 81, 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 16).

- 36. Deliberação n.º 106A/2025 – Proposta n.º 78A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Energia, n.º 1, 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 16).

- 37. Deliberação n.º 107A/2025 – Proposta n.º 79A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 17 e 18, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 16).

- 38. Deliberação n.º 108A/2025 – Proposta n.º 80A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 17 e 17A gar-4, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 16).

- 39. Deliberação n.º 109A/2025 – Proposta n.º 81A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 110 R/C, Loja A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 16).

- 40. Deliberação n.º 110A/2025 – Proposta n.º 82A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 11 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 16).

- 41. Deliberação n.º 111A/2025 – Proposta n.º 83A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 1, 3.º I, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 16).



- 42. Deliberação n.º 112A/2025 – Proposta n.º 84A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cesário Verde, n.º 31 – Brejos de Azeitão, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 16).

- 43. Deliberação n.º 113A/2025 – Proposta n.º 85A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Xarafe, n.º 59, 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 16).

- 44. Deliberação n.º 114A/2025 – Proposta n.º 86A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Caminho Central de Peões, n.º 4, 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 16).

- 45. Deliberação n.º 115A/2025 – Proposta n.º 87A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, n.º 40, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 16).

- 46. Deliberação n.º 116A/2025 – Proposta n.º 88A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Eurocerâmica, n.º 35, Brejos de Azeitão, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 16).

- 47. Deliberação n.º 117A/2025 – Proposta n.º 89A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 56 e 58 e Rua de São Pedro, n.º 58 e 58A, piso 2, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 16).

- 48. Deliberação n.º 118A/2025 – Proposta n.º 90A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, (lote 183) n.º 72, 3.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 16).



49. Deliberação n.º 119A/2025 – Proposta n.º 91A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Damão, n.º 8, 2.º Dt.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 16).

50. Deliberação n.º 120A/2025 – Proposta n.º 92A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, n.º 4 e 4A, Azeitão, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 16).

51. Deliberação n.º 121A/2025 – Proposta n.º 93A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Lanchoa, n.º 1, 2.º Dt.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 16).

52. Deliberação n.º 122A/2025 – Proposta n.º 94A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro Vaz de Caminha, n.º 6, 2.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 16).

53. Deliberação n.º 123A/2025 – Proposta n.º 95A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9, 3.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 16).

54. Deliberação n.º 124A/2025 – Proposta n.º 96A/2025 - DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 10, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 16).

4

55. Deliberação n.º 125A/2025 – Proposta n.º 97A/2025 - DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 39 – 3.º Dt.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 16).

56. Deliberação n.º 126A/2025 – Proposta n.º 98A/2025 – DAF/DICOR – Medidas de Apoio – Derrama

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

57. Deliberação n.º 127A/2025 – Proposta n.º 99A/2025 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025 – Aplicação da taxa do IMI Familiar

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CHEGA, e 1 abstenção da CDU.

58. Deliberação n.º 128A/2025 – Proposta n.º 100A/2025 – DAF/DICOR/DICONT – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109.

Sr. Vereador Joel Marques - Relativamente a esta proposta, e, aliás, a todo o tema inerente à fixação da taxa de IMI, bem como à participação variável no IRS, cuja proposta seria votada de seguida, referiu que a posição do Partido Socialista é conhecida. Recordou que o Partido Socialista tem defendido um caminho de redução da carga fiscal municipal e que, no mandato anterior, foi possível trilhar esse percurso, alcançando-se uma redução significativa, face ao ponto de partida, quer da participação variável no IRS, quer da taxa de IMI.

Assinalou que, no presente ano, e em particular quanto a esta proposta, importa ter em consideração que o Partido Socialista apresenta, na presente reunião, uma proposta de auditoria, clara e com um âmbito muito específico, relativa à situação financeira do Município. Explicou que o entendimento do Partido Socialista é o de que qualquer proposta de redução fiscal deve aguardar pelos resultados dessa auditoria. Por esse motivo — e apenas por esse motivo — viabilizariam esta proposta e a seguinte, através da abstenção.

Esclareceu, contudo, que pretendia deixar absolutamente claro que, em função dos resultados da referida auditoria - que o Partido Socialista acredita poderem apresentar nuances distintas do quadro que tem sido exposto pela Senhora Presidente e pelo Senhor Vereador Paulo Maia -, nada impede que, na fixação das taxas para 2027, a aprovar em 2026, possam vir a ser apresentadas propostas de redução. Sublinhou que o sentido de voto assumido nesta reunião não constitui, de forma alguma, um compromisso de não baixar as taxas municipais, quer de IMI quer da participação variável no IRS. Pelo contrário, afirmou



tratar-se de uma posição de responsabilidade, coerente com a proposta que o Partido Socialista traz para discussão nesta reunião de Câmara.

Sr. Vereador Paulo Maia – Manifestou que compreende a posição dos demais, mas solicitou à Câmara e aos Senhores Vereadores que, sempre que houver uma proposta, poderão contar com a sua disponibilidade para avaliar o impacto que a mesma possa ter. Esclareceu que, a partir desse momento, será possível antecipadamente apresentar o efeito de cada decisão no Município. Acrescentou que esta é apenas uma opção de acompanhamento, a qual respeita, tal como respeita quaisquer outras opções apresentadas pelos membros da Câmara.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 4 votos a favor do SET V-25 e 7 abstenções, 4 do Ps, 2 do CHEGA e 1 da CDU.

59. Deliberação n.º 129A/2025 – Proposta n.º 101A/2025 – DAF/DICOR – Participação Variável de IRS para o ano de 2025

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 4 votos a favor do SET V-25, 6 abstenções, 4 do PS e 2 do CHEGA, e 1 voto contra da CDU.

60. Deliberação n.º 130A/2025 – Proposta n.º 3A/2025 - DOM - CPREV 01/2025/DOM - Empreitada “BAIRRO 25 DE ABRIL” – Abertura de procedimento de contratação pública por critério materiais – Consulta Prévia – Candidatura n.º 62096 - “Reabilitação de 63 fogos – Reabilitação do Bairro 25 de Abril” – Decisão de não adjudicação

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 111.

Sra. Presidente - Referiu que, infelizmente, trata-se de valores do PRR que se irão perder, mas não existe outra alternativa. Esclareceu que o PRR estará disponível em junho ou julho do próximo ano e que submeter novamente o projeto a concurso apenas permitiria a adjudicação direta, de acordo com a lei, caso o concurso ficasse deserto. Contudo, este procedimento não garante a execução da obra.

Adiantou que a AML se comprometeu a abrir, em julho ou agosto do próximo ano, uma linha de crédito com taxa de juro a fundo perdido para este tipo de obras. Assinalou que os cadernos de encargos e todos os projetos já se encontram elaborados, pelo que se aguarda a execução das obras no prazo aproximado de um ano.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

61. Deliberação n.º 131A/2025 – Proposta n.º 4A/2025 – DOM - CPI 32/2025/DOM - Bairro Quinta de Santo António - Lote 1 - Rua da Fonte Fresca e Lote 2 - Rua dos Sobreiros – Concurso Público por lotes com publicidade internacional – Candidatura n.º 61882 – Reabilitação de 214 fogos – “Reabilitação da Quinta de Santo António” – Decisão de não adjudicação

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 112.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que, ao contrário do que ocorreu na proposta anterior — em que nenhum dos concorrentes se mostrou disponível para apresentar proposta — e considerando também um conjunto habitacional que já havia sido intervencionado há alguns anos, a situação relativa aos 214 fogos da Quinta de Santo António é distinta.

Esclareceu que o Município tem, neste momento, a possibilidade de intervir em fogos que ainda não foram objeto de qualquer intervenção, os quais fazem parte do parque habitacional público municipal. Sublinhou que a intervenção implicaria uma comparticipação do Município de 25%, incluindo IVA, estimada em cerca de 2.800 mil euros.

Assinalou que a expectativa de disponibilização de fundos futuros para realizar intervenções não abrangidas pelo PRR constitui uma incerteza quanto ao momento em que esses recursos estarão efetivamente disponíveis — podendo vir a ser daqui a um ano —, bem como quanto às condições de disponibilização desses fundos, nomeadamente se através de financiamento, comparticipação total da Administração Central ou recurso a capitais próprios do Município.

Enfatezou que, atualmente, existe uma oportunidade concreta, dado que o procedimento se encontra bastante adiantado, já na fase de contratação, permitindo realizar a intervenção nestes fogos. Sublinhou que tal permitirá garantir que os moradores destas habitações não sejam diferenciados em relação aos residentes de habitações vizinhas, onde as intervenções já foram realizadas ou se encontram em curso. Concluiu que, caso a oportunidade não seja aproveitada, poderá tratar-se de uma oportunidade perdida, considerando-se incerta a futura disponibilidade de verbas para intervenções supervenientes.

Sra. Presidente - Referiu que não existem condições para a realização desta obra. Explicou que o prazo atualmente perspetivado é de 360 dias, prazo que, na prática, nunca é cumprido integralmente. Acrescentou que, por cada dia adicional, há sempre uma percentagem de pagamento a cargo da Câmara Municipal, o que poderá prolongar o prazo para 400 ou 500 dias, situação para a qual o Município não dispõe de condições.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que, caso a obra se prolongasse por mais de 50% do prazo inicialmente previsto — ou seja, caso demorasse mais 180 dias além dos 360 previstos —, estaria ainda dentro do limite temporal que permite manter a comparticipação de 75%. Salientou que, apesar de ser comum alguma derrapagem nos prazos de execução das obras, considera que, mesmo assim, a realização da obra seria exequível.

Sra. Presidente – Manifestou de forma categórica que a obra não era exequível e que considerava mais prudente não arriscar. Referiu que os técnicos presentes também manifestaram concordância com esta posição. Acrescentou que, a menos que os demais assumissem a responsabilidade, não era viável avançar, dado o montante envolvido e a ausência de condições adequadas para a execução.

Sra. Vereadora Maria do Carmo - Referiu que a execução da obra implicaria um investimento de 2.250.000 euros, acrescidos de IVA.

Sra. Presidente - Nós não temos dinheiro para isto a sério e, portanto, saiu a deliberação dos 100 por cento para uma linha de Candidaturas à habitação no próximo ano a 100 por cento, saiu na AML, portanto, foi na última reunião da AML portanto, é melhor não arriscar.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada e em minuta, com 4 votos favoráveis do SET V-25, 2 abstenções do CHEGA e 5 votos contra, 4 do PS e 1 da CDU.

Sra. Presidente – Esclareceu que a proposta foi rejeitada, reiterando que o Município não dispõe de condições para a sua execução. Acrescentou que, caso algum dos Senhores Vereadores assumisse a responsabilidade, tal ficaria registado em ata, mas sublinhou novamente que não existem condições para avançar com a obra.
Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Esclareceu que a impossibilidade de execução da obra se deve à ausência de condições, esclarecendo que tal situação não resulta de iniciativa sua, mas sim da realidade existente. Reiterou que, neste momento, não existem condições para avançar com a obra.

Sra. Vereadora Maria do Carmo – Referiu que a opção existente era simples: ou o Município disponibilizava 2.250.000 euros, acrescidos de IVA, ou se aguarda, garantindo 100% de financiamento. Explicou que este financiamento integral estará disponível no âmbito de uma nova linha de financiamento já anunciada pelo Governo, conforme foi informado na reunião da AML, permitindo executar as obras que não têm tempo de ser concluídas até junho de 2026.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que a obtenção do financiamento depende da apresentação de candidatura e da sua posterior aceitação, sendo que os termos dessa candidatura ainda não são conhecidos. Acrescentou que, dessa forma, trata-se de uma situação incerta, comparando-a com a garantia atual de 75% de comparticipação, destacando que, neste momento, a nova opção não oferece qualquer garantia concreta.

Sra. Presidente – Disse que era uma garantia de 100%.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que não existia garantia de 100%, uma vez que não havia candidatura apresentada nem aprovada. Acrescentou que, portanto, tratava-se apenas de uma promessa, constituindo uma oportunidade ou possibilidade futura, sem qualquer certeza concreta.

Sra. Presidente – Esclareceu que a obra não terá início imediato e que, mesmo que comece em janeiro, o prazo de execução começará a contar a partir dessa data. Era de uma grande irresponsabilidade.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que todas as decisões tomadas nestas matérias implicam dois tipos de custos: um custo financeiro direto e um custo de oportunidade. Acrescentou que a decisão de não executar o projeto representa um custo de oportunidade muito significativo.

Sra. Presidente – Acrescentou que o custo da irresponsabilidade também era muito significativo. Concluiu afirmando que, caso os Senhores Vereadores assumam a responsabilidade, será possível verificar posteriormente os resultados dessa decisão.



62. Deliberação n.º 132A/2025 – Proposta n.º 5A/2025 – DOM - CP 30/2021 – “INTERVENÇÃO DE NATUREZA ESTRUTURAL PARA EVITAR DERROCADAS NA ENCOSTA DO FORTE DE SÃO FILIPE EM SETÚBAL - FASE 2” - Trabalhos Complementares

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 113 a 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

63. Deliberação n.º 133A/2025 – Proposta n.º 6A/2025 – DOM - Empreitada CPI05/2025 - “BAIRRO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO” – LOTE 1 - Homologação de auto de medição de trabalhos

Sr. Vereador Bruno Russo - Referiu que, tendo em conta que as propostas 6A até 30A se referem a empreitadas já em fase de execução, propôs a dispensa da leitura e a votação em bloco das propostas, abrangendo as deliberações 133A até 157A.

Sr. Vereador Fernando José – Informou que os Vereadores do Partido Socialista irão votar todas as propostas compreendidas entre as deliberações 133A e 157A. Salientaram que, desde que seja feita a identificação de cada proposta, a votação poderá ser efetuada em bloco, dado que votarão favoravelmente.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 120 e 121 (ver ponto 63).

64. Deliberação n.º 134A/2025 – Proposta n.º 7A/2025 – DOM - Empreitada CPI05/2025 - “BAIRRO QUINTA DE SANTO ANTÓNIO” – LOTE 2 - Homologação de auto de medição de trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 e 123 (ver ponto 63).

65. Deliberação n.º 135A/2025 – Proposta n.º 8A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 1 - Homologação de auto de medição de trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 124 e 125 (ver ponto 63).

66. Deliberação n.º 136A /2025 – Proposta n.º 9A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 2 - Homologação de auto de medição de trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 126 e 127 (ver ponto 63).

- 67. Deliberação n.º 137A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – DOM - Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 3 - Homologação de auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 128 e 141 (ver ponto 63).

- 68. Deliberação n.º 138A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – DOM – Empreitada CPI19/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO “AMARELO” NA BELA VISTA” – LOTE 4 - Homologação de auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 142 e 160 (ver ponto 63).

- 69. Deliberação n.º 139A/2025 – Proposta n.º 12A/2025 – DOM - Empreitada CP04/2024 – “REQUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTOS DA RUA ENGENHEIRO HENRIQUE CABEÇADAS – Homologação de auto de medição de trabalhos**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 161 e 162 (ver ponto 63).

- 70. Deliberação n.º 140A/2025 – Proposta n.º 13A/2025 - DOM - Empreitada CPCC15/2024 - “CONCEPÇÃO CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DE AZEITÃO” - Homologação de auto de medição de trabalhos**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 163 e 164 (ver ponto 63).

- 71. Deliberação n.º 141A/2025 – Proposta n.º 14A/2025 – DOM - Empreitada AD17/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DAS MANTEIGADAS – INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS COMUNS, COZINHAS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (LOTE 2)” – Homologação - Auto de receção provisória parcial**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 165 e 166 (ver ponto 63).

- 72. Deliberação n.º 142A/2025 – Proposta n.º 15A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT1” – Homologação - Auto de consignação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 167 e 168 (ver ponto 63).



73. Deliberação n.º 143A/2025 – Proposta n.º 16A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 - REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT2” – Homologação - Auto de consignação

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 169 e 170 (ver ponto 63).

74. Deliberação n.º 144A/2025 – Proposta n.º 17A/2025 – DOM - Empreitada CPI 04/2025 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO AFONSO COSTA LT3” – Homologação - Auto de consignação

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 171 e 172 (ver ponto 63).

75. Deliberação n.º 145A/2025 – Proposta n.º 18A/2025 – DOM - Empreitada CP08/2024 - “REABILITAÇÃO DO BAIRRO QUINTA DO FREIXO – LOTE 1” - Homologação - Auto de Medição de Trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 173 e 174 (ver ponto 63).

76. Deliberação n.º 146A/2025 – Proposta n.º 19A/2025 – DOM - Empreitada CP08/2024 - “REABILITAÇÃO DO BAIRRO QUINTA DO FREIXO – LOTE 2” – Homologação - Auto de Medição de Trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 175 e 176 (ver ponto 63).

77. Deliberação n.º 147A/2025 – Proposta n.º 20A/2025 – DOM - Empreitada CP07/2024 - PRR ACESSIBILIDADES 360 VIAS PÚBLICAS - Homologação – Auto de suspensão e medição de trabalhos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 177 a 179 (ver ponto 63).

78. Deliberação n.º 148A/2025 – Proposta n.º 21A/2025 - DOM - Empreitada CPI18/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO FORTE DA BELA VISTA LOTE1” – Homologação - Auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 180 a 182 (ver ponto 63).

4

- 79. Deliberação n.º 149A/2025 – Proposta n.º 22A/2025 – DOM - Empreitada CPI18/2022 – “REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO FORTE DA BELA VISTA LOTE 2” – Homologação - Auto de medição de trabalhos e autos de receção provisória parcial**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 183 a 189 (ver ponto 63).

- 80. Deliberação n.º 150A/2025 – Proposta n.º 23A/2025 – DOM - Empreitada CPCC 12/2024 – Empreitada de “CONCEÇÃO CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DAS MANTEIGADAS” - Homologação - Auto de medição de trabalhos – 1.ª Prorrogação do prazo da empreitada**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 190 a 193 (ver ponto 63).

- 81. Deliberação n.º 151A/2025 – Proposta n.º 24A/2025 – DOM – AD16/2023/DOM Empreitada "CENTRO ESCOLAR BARBOSA DU BOCAGE" - Homologação de auto de medição de trabalhos - 2.ª Prorrogação de prazo da empreitada - Trabalhos complementares**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 194 e 198 (ver ponto 63).

- 82. Deliberação n.º 152A/2025 – Proposta n.º 25A/2025 – DOM - Empreitada AD17/2023 - “UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BELA VISTA” - Homologação - Auto de medição de trabalhos – 1.ª Prorrogação do prazo da empreitada**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 199 a 201 (ver ponto 63).

- 83. Deliberação n.º 153A/2025 – Proposta n.º 26A/2025 – DOM - Empreitada CP 25/2024 - “REFÚGIO CLIMÁTICO DA VÁRZEA” - Homologação - Auto de suspensão - Prorrogação do prazo da empreitada**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 202 a 204 (ver ponto 63).

- 84. Deliberação n.º 154A/2025 – Proposta n.º 27A/2025 – DOM - Empreitada CPI 13/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO ALAMEDA DAS PALMEIRAS, EM SETÚBAL” – Lote 1 - Homologação de autos de medição, de levantamento de suspensão parcial e de receção provisória parcial - Trabalhos complementares**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 205 a 211 (ver ponto 63).

4

85. Deliberação n.º 155A/2025 – Proposta n.º 28A/2025 – DOM – Empreitada CPI 13/2022 - “REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO ALAMEDA DAS PALMEIRAS, EM SETÚBAL” – Lote 2 - Homologação de autos de medição, de levantamento de suspensão parcial e de receção provisória parcial - Trabalhos complementares

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 212 a 217 (ver ponto 63).

86. Deliberação n.º 156A/2025 – Proposta n.º 29A/2025 – DOM - Empreitada CP 16/2017 – “REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS E ESPAÇOS ADJACENTES AO TROÇO POENTE DA AVENIDA BELO HORIZONTE, SETÚBAL” – Aprovação de revisão de preços definitiva

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 218 a 220 (ver ponto 63).

87. Deliberação n.º 157A/2025 – Proposta n.º 30A/2025 – DOM - Empreitada CP26/2024 - “VALORIZAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO DA RIBEIRA DO LIVRAMENTO” - Aprovação de minuta de trabalhos complementares

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 221 e 222 (ver ponto 63).

88. Deliberação n.º 158A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAVPS – Auditoria Externa

O Sr. Vereador Fernando José apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 223.

Sr. Vereador Paulo Maia – Manifestou a intenção de registar três ou quatro questões. Referiu que, no dia 2 de outubro de 2024, aquando da apresentação da candidatura que conduziu à presente situação, foi referido pela Senhora Presidente, então ainda não candidata, que seria realizada uma auditoria às contas da Câmara Municipal, ponto esse já reafirmado em reunião anterior.

Considerou, porém, estranho que os Senhores Vereadores do Partido Socialista — não todos, mas quase todos os presentes — tivessem, também, solicitado anteriormente uma auditoria aos mandatos de 2017-2021 e 2021-2025, no mandato anterior. Referiu que a auditoria relativa ao mandato 2017-2021 foi concluída em 2021, mas não avançou posteriormente. Acrescentou que esta auditoria teve custos para o Município, tendo sido realizada de forma sectorial, limitando-se a determinados tipos de movimentações, nomeadamente utilização de cartões e ajudas de custo, não abrangendo, portanto, a totalidade do caderno de encargos número um.

Explicou que, na altura, houve a perceção de que a auditoria se destinava a uma pessoa em particular, e não aos serviços da Câmara. Sublinhou que uma auditoria acarreta elevados custos para o Município e que, de acordo com a metodologia apresentada, esta parece adequada, incluindo detalhes adicionais. No entanto, considerou estranha a referência ao mandato de 2017-2021, uma vez que já havia sido auditado, estando de acordo com a auditoria relativa ao mandato 2021-2025.

Adiantou que a tomada de uma decisão sobre esta matéria sem conhecimento prévio dos custos envolvidos pode não ser a mais adequada. Propôs, portanto, a elaboração de um caderno de encargos para apurar os custos das auditorias referentes aos mandatos de 2017-2021 e 2021-2025, de modo a permitir que a decisão seja tomada de forma consciente.

Por fim, considerou extemporâneo comentar notícias de jornal sobre faturas que não estavam registadas, esclarecendo que os Senhores Vereadores receberam, no dia 29 de outubro de 2025, um email do então adjunto do Presidente da Câmara, no qual foram esclarecidos estes pontos, sendo referido que a gestão da tesouraria do Município cabe aos serviços competentes, que o Município de Setúbal não procedeu ao pagamento de qualquer despesa cujas faturas de bens e serviços não tivessem sido devidamente validadas internamente, não tendo igualmente efetuado pagamentos de despesas não cabimentadas ou sem o respetivo compromisso. Acrescentou que a atuação dos serviços municipais e dos órgãos municipais, em matéria de tesouraria, se encontra descrita nos documentos apresentados, entendendo, por isso, que tais elementos respondem às questões anteriormente levantadas.

Salientou ainda que, no preâmbulo, é referido que foi desencadeado o processo de análise da tesouraria municipal, concretamente no que respeita à identificação de todas as receitas e despesas do Município. Assim, considerou não existir, da parte dos serviços, qualquer resposta adicional que permita esclarecer eventuais referências feitas na comunicação social, matéria que já havia sido trazida à última reunião de Câmara. Entendeu, por conseguinte, que talvez fosse pertinente questionar diretamente o senhor ex-Presidente sobre o sentido das afirmações proferidas.

Concluiu propondo que, para que o executivo tenha plena consciência dos custos associados a esta decisão, a votação seja realizada em reunião posterior, já com a estimativa financeira decorrente da metodologia e do caderno de encargos necessário à realização da auditoria. Afirmou que aquela era a posição da sua bancada relativamente ao pedido de auditoria.

Sr. Vereador Joel Marques - Iniciou por afirmar que a auditoria proposta pelos vereadores do Partido Socialista, há pouco mais de um ano, tinha um âmbito completamente distinto da auditoria que agora se apresenta. Referiu, aliás, que poderia reproduzir ou fazer chegar ao senhor vereador Paulo Maia a proposta então apresentada, para que este pudesse avaliar o seu conteúdo e o objeto definido para auditoria, bem como as respetivas justificações que fundamentaram tal âmbito. Entendeu que esta matéria já tinha sido amplamente discutida, não fazendo sentido continuar a debater uma auditoria que, recordou, foi apenas proposta e não efetivamente realizada.

Acrescentou que, caso se entenda que a auditoria não incidiu sobre o período que deveria ter sido abrangido, tal questão deve ser colocada ao auditor e não a quem deliberou a sua realização. Esclareceu que a proposta apresentada pelo Partido Socialista abrangia um âmbito e um período temporal alargados, não se limitando apenas a um mandato. Assim, se o auditor não encontrou fundamentos na documentação analisada para tecer comentários sobre o mandato de 2021-2025, ou se não procedeu a tal análise, essa responsabilidade cabe ao auditor.

Considerou, pelo contrário, salutar a realização deste tipo de auditorias, na medida em que permitem verificar se as suspeitas levantadas ao longo do tempo têm ou não fundamento. Por esse motivo, declarou estranhar a intervenção do senhor vereador Paulo Maia, por lhe parecer contraditório que, após tomar posse e defender a necessidade de uma auditoria, se coloque agora em dúvida a pertinência da sua realização ou os termos em que deve ser conduzida.

Acrescentou, a título ilustrativo, que, enquanto adepto vitoriano, se habituou a ver sucessivas promessas de auditorias que, após a tomada de posse, nunca se concretizavam por serem consideradas demasiado dispendiosas. Defendeu que, acima de tudo, deve prevalecer o apuramento dos factos.

Esclareceu que não teria qualquer problema em questionar quem prestou declarações públicas caso o ex-Presidente se encontrasse a exercer funções ou presente na reunião, mas, estando ali enquanto vereador, coloca as questões nos órgãos próprios — a reunião de Câmara — e não em contactos informais. Recordou que as questões suscitadas pela entrevista dada pelo ex-Presidente foram colocadas por escrito ainda no anterior mandato, mas, em seu entendimento, não foram devidamente respondidas. Sublinhou que tal



insatisfação não decorre do teor das respostas, mas do facto de estas, na sua perspetiva, não responderem a nenhum dos pontos concretos apresentados.

Referiu ainda desconhecer se o vereador Paulo Maia teve acesso às questões colocadas, disponibilizando-se, caso necessário, para as facultar. Esclareceu que essas questões se refletem no âmbito da auditoria agora proposta e reiterou que, se existe efetivamente vontade de a realizar — vontade que acredita ser transversal — a proposta do Partido Socialista não limita a auditoria a mandatos específicos, permitindo inclusivamente que esta se estenda a outros períodos, independentemente de quem tenha exercido funções.

Sublinhou que caberá à entidade auditora, no decurso dos trabalhos, determinar se o âmbito deve ser alargado, caso os factos assim o justifiquem. Considerou, ainda, que o Município se encontra num momento crucial, com a preparação do novo orçamento, pelo que este tipo de despesa deve ser previsto desde logo no processo de elaboração orçamental.

Por esse motivo, entendeu que não faz sentido retirar a proposta para reapresentação futura, uma vez que não é possível garantir que a estimativa de custos estaria disponível na próxima reunião ordinária, o que poderia mesmo implicar alterações ao orçamento já aprovado. Assim, concluiu declarando que a intenção da sua bancada é manter a proposta e submetê-la a votação na presente reunião.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Esclareceu que a posição da sua bancada é pública e que importa igualmente registá-la em reunião de Câmara. Informou que apenas acompanharão a proposta apresentada caso seja garantida a possibilidade de auditoria a todos os mandatos dos últimos 24 anos, reconhecendo, contudo, que poderá não ser simples constituir uma equipa de auditoria capaz de abranger um período tão alargado.

Referiu que, embora a proposta admita a extensão da auditoria a outros mandatos sempre que tal se revele necessário, a posição da sua bancada prevê a realização de uma auditoria abrangendo especificamente o período entre 2013 e 2025.

Sr. Vereador Paulo Maia - Esclareceu que o senhor vereador Joel não havia compreendido, tal como outros vereadores, o sentido da observação anteriormente feita. Recordou que, a 2 de outubro de 2024, já havia sido afirmado que a bancada acompanharia, sem qualquer reserva, a realização de uma auditoria. Sublinhou que a sua intervenção visava apenas alertar para o momento em que a decisão está a ser tomada, atendendo a que o orçamento para o próximo ano se encontra em fase de elaboração, e considerando igualmente que existe um orçamento em execução que o executivo pretende rever em baixa, como é natural, tendo em conta o aviso da DGAL referido pela Senhora Presidente e a taxa de execução da receita, que, observou, não tem sido cumprida nos últimos três anos.

Acrescentou que procurava, apenas, reiterar que todas as decisões tomadas em reunião de Câmara têm impacto financeiro e operacional, sendo importante que todos tenham plena consciência desse facto. Reafirmou, no entanto, que, caso a proposta se mantenha e seja colocada em discussão, a sua bancada estará presente para a votar, não existindo qualquer problema relativamente a isso.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que compreende a questão apresentada, salientando, contudo, que, em qualquer momento, terá de ser tomada uma decisão sobre a auditoria. Acrescentou que o custo da realização não será menor, caso a decisão seja adiada por uma, duas ou três reuniões, sendo o valor estimado o mesmo.

Esclareceu que espera que o procedimento ocorra no âmbito de uma contratação pública, por concurso público, com um caderno de encargos que fixe um valor base, podendo a adjudicação ser realizada abaixo desse valor, caso tal se verifique. Salientou que a aprovação da proposta tem apenas por objetivo formalizar uma intenção que, acredita, é transversal a todas as bancadas, e que, em algum momento, teria de ser concretizada. Considerou que o presente é o momento adequado para a tomada dessa decisão.

Acrescentou que, embora a proposta preveja que o âmbito da auditoria possa ser extensível a outros mandatos, caso se considere pertinente, a sugestão da vereadora Carla Guerreiro

5

poderá ser acolhida. Neste caso, seria alterado o ponto um do conteúdo deliberativo, de modo que a auditoria financeira abranja especificamente os mandatos 2013-2017, 2017-2021 e 2021-2025.

Sr. Vereador Paulo Maia – Acrescentou, a título de esclarecimento, que o custo da auditoria varia consoante o período abrangido. Explicou que a análise de um mandato implica um determinado custo, dois mandatos representam um custo diferente e a avaliação de três mandatos terá um custo ainda distinto. Sublinhou que este esclarecimento tem como objetivo apenas clarificar a questão relativa ao impacto financeiro decorrente da extensão do âmbito da auditoria.

Sra. Presidente - Informou que a sua bancada se encontrava disponível para votar a primeira proposta apresentada, pelo que procedeu à submissão da mesma a votação. Perguntou quem votaria contra e quem se abstinha.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Manifestou o desejo de que a sua proposta fosse submetida a votação.

Sra. Presidente – Informou que a proposta poderia ser submetida a votação.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que, pelo que lhe parecia, a intenção da vereadora Carla Guerreiro consistia em submeter a votação uma proposta de alteração à proposta apresentada pela sua bancada.

Sra. Presidente - Informou que a outra proposta já havia sido votada.

89. Deliberação n.º 159A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAVPS – Moção - RETIRADA

Sr. Vereador Fernando José - Informou que a sua bancada decidiu retirar a proposta apresentada, passando a acompanhar a proposta da CDU.

90. Deliberação n.º 160A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – GAVCDU – Moção - Pela defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o Pacote Laboral

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.ºs 224.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que, relativamente às alterações à legislação laboral, é entendimento da sua bancada que, no país, devem prevalecer políticas que promovam a justiça social, o desenvolvimento humano e o progresso económico. Considerou fundamental prosseguir um caminho que valorize as condições de trabalho, os salários e a estabilidade laboral e familiar, sublinhando, contudo, a necessidade de assegurar também o crescimento económico e a sustentabilidade do tecido empresarial, composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, essenciais para a criação de emprego e para o desenvolvimento local. Afirmou que é entendimento comum no executivo que não é possível construir um país desenvolvido sem boas condições laborais nem sem uma economia sólida. Esclareceu que, embora não acompanhem todas as considerações expressas na moção, partilham a preocupação com a eventual degradação das relações de trabalho, preocupação essa que consideram central.

Anunciou que votará favoravelmente a moção, apelando para que o Governo e as estruturas sindicais mantenham um diálogo aberto, por ser essa, em seu entender, a única via capaz de ultrapassar divergências, alcançar entendimentos e construir soluções duradouras que beneficiem os trabalhadores.

Concluiu afirmando que, apesar de não subscreverem todas as posições constantes da moção, acompanham-na no essencial e votarão a favor.

Sr. Vereador Fernando José - Esclareceu que se tratava apenas de uma questão a considerar, observando que, em princípio, a moção seria aprovada, desconhecendo apenas o sentido de voto dos vereadores do CHEGA. Informou que, após articulação prévia com a vereadora Carla Guerreiro e com os vereadores do Partido Socialista, foi entendido que a moção passaria a constituir uma moção da Câmara Municipal.

Neste sentido, considerou adequado que o ponto 3 da moção fosse retirado, uma vez que, tratando-se de uma moção institucional, seria a Câmara Municipal a apelar aos trabalhadores do concelho para a adesão à greve. Assim, entendeu que, sendo a moção assumida pelo órgão executivo, esse ponto não deveria integrar o texto final.

Concluiu solicitando a concordância da vereadora proponente, sublinhando que, com essa alteração, a moção seria votada favoravelmente pela sua bancada.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Informou que a sua bancada está de acordo com a retirada do ponto 3 da moção.

Sr. Vereador Paulo Maia - Informou que a sua bancada também concorda com a retirada do ponto 3 da moção.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 1 da CDU, e 2 votos contra do CHEGA.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Solicitou que as deliberações n.ºs 161A e 162A/2025, fossem retiradas e que ficassem para apreciação na próxima reunião de câmara.

91. Deliberação n.º 161A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAVCDU – Reposição imediata do fornecimento de combustível às Juntas de Freguesia no âmbito do processo de transferência de competências - RETIRADA

92. Deliberação n.º 162A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAVCDU – Elaboração e sujeição a deliberação de um protocolo de colaboração com a Freguesia de São Sebastião tendo em vista o fornecimento de combustível para a viatura de transporte de passageiros - RETIRADA

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

D. Raissa – Referiu que recebeu uma ordem de despejo e dispõe de três a quatro dias para desocupar a habitação. Solicitou apoio para a obtenção de uma solução habitacional, uma vez que tem ao seu cuidado dois bebés, de dois e quatro anos. Afirmou não ter para onde ir e apelou à intervenção da senhora Presidente.



Sra. Presidente – Solicitou que aguardasse por alguns instantes, informando que a situação seria posteriormente abordada, uma vez que necessitava de esclarecimentos junto da chefe de divisão, doutora Sara. Propôs que a questão fosse tratada no final da reunião.

Sr. Augusto – Abordou temas relativos à política, justiça e direitos fundamentais. Foi destacado que a política enfrenta desafios, incluindo descrédito na justiça e risco para a democracia, sendo essencial valorizar os cidadãos e promover maior participação pública. Reconheceu o trabalho da doutora Joana Marques Vidal no fortalecimento do sistema judicial. Reafirmou a importância dos direitos e deveres fundamentais consagrados na Constituição, incluindo igualdade de todos perante a lei, proteção da integridade física e moral, responsabilização das entidades públicas por atos ou omissões de seus agentes e garantias processuais em processos criminais. Concluiu que é fundamental assegurar justiça, transparência e equidade em todas as ações públicas, garantindo a proteção dos cidadãos e a defesa da democracia.

D. Mafalda - Esclareceu que era vítima de violência doméstica, mãe de três filhos, sendo um com 11 anos, outro com 4 anos e uma filha de dois anos. Referiu que a filha apresenta necessidades especiais e que a família tem sido acompanhada pela CAFAP, em situações já mencionadas em reuniões anteriores com o Senhor Presidente, nas quais este reconheceu a situação e o vereador Rabaçal comprometeu-se a encontrar uma solução. Informou que, apesar de já ter sido ouvida diversas vezes, até ao momento não obteve resposta favorável, encontrando-se agora em risco de ficar na rua com os filhos pequenos. Apelou, na qualidade de mãe e cidadã, à Câmara Municipal para que encontre uma solução urgente para a sua situação de habitação, lembrando que existem várias casas disponíveis no município que poderiam ser utilizadas para este fim. A interveniente sublinhou que não é responsabilidade sua realizar o trabalho do município, sendo apenas uma cidadã residente em Setúbal, e reiterou a urgência da situação, sobretudo devido às condições de frio e ao facto de ter crianças pequenas sob sua responsabilidade. Finalizou a intervenção apelando à intervenção e solidariedade da Câmara, desejando que fosse encontrada uma solução para si e para os filhos.

Sr. José - Expôs dificuldades pessoais e de saúde que têm impactado o seu trabalho, esclarecendo que a sua intenção é colaborar e desempenhar as suas funções da melhor forma possível. Referiu episódios de mal-entendidos no desempenho das suas tarefas e apelou para maior organização e cuidado por parte dos responsáveis, mantendo sempre a responsabilidade no cumprimento dos deveres. Manifestou respeito pelo Presidente Celso e pelos colegas, reafirmou a sua disponibilidade para colaborar e concluiu agradecendo a atenção e compreensão de todos.

D. Tânia - A interveniente cumprimentou todos os presentes e trouxe novamente à discussão a questão da habitação. Explicou que vive dificuldades relacionadas com a residência da mãe, que apresenta demência, e com ameaças de despejo por parte do responsável pelo imóvel. Referiu que a situação afeta também a filha menor, de três anos, e relatou que já procurou apoio junto da doutora Sara e de outros colegas na Câmara Municipal, com o objetivo de formalizar queixas e solicitar assistência. Informou que lhe foi comunicado que não havia casas disponíveis e que, apesar de reuniões agendadas com os responsáveis do município, o problema ainda não foi resolvido. Sublinhou

que se encontra sem condições de pagar uma habitação por conta própria e que a situação se agrava, apelando à intervenção da Câmara Municipal para que seja encontrada uma solução habitacional adequada para si e para a filha menor.

A interveniente finalizou reiterando a urgência da situação e solicitando apoio para garantir a sua permanência num local seguro.

Sra. Presidente – Solicitou que aguardasse por alguns instantes.

D. Maria – Informou que tem uma ação de despejo, mas que tem a renda da habitação regularizada, esclarecendo que a casa em questão não é propriedade da Câmara Municipal. Referiu dificuldades em encontrar uma nova habitação compatível com a sua reforma, apontando que os valores atuais das rendas tornam inviável assegurar moradia por meios próprios.

Explicou que, apesar de ter seguido todos os procedimentos e números de registo disponíveis, não conseguiu encontrar solução habitacional adequada nos últimos tempos. Concluiu reiterando a necessidade de apoio para resolver a situação.

Sra. Presidente – Disse para aguardar uns momentos que já falavam.

Sr. Carlos - Destacou estudos sobre o desenvolvimento do concelho e da península de Setúbal, recordando a atuação do movimento “Pensar Setúbal” e de personalidades que contribuíram para o progresso regional. Propôs a criação de um galardão anual para premiar projetos ou iniciativas que se destaquem no âmbito empresarial, social ou associativo em prol da península de Setúbal, solicitando que a Câmara Municipal promovesse a votação e implementação desta proposta.

Sra. Presidente - Agradeceu a todos os intervenientes pela participação, reconhecendo a coragem demonstrada em algumas das intervenções. Referiu que, relativamente às questões de habitação, a vereadora responsável pela área irá reunir-se brevemente com os cidadãos presentes, em conjunto com a doutora Sara, chefe de divisão, que conhece os processos em detalhe. Esclareceu que esta medida tem como objetivo evitar marcações adicionais de reuniões e agilizar o atendimento direto nos serviços competentes.

Considerou esta abordagem mais prática.

A Sra. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

4

A Sra. Presidente da Câmara,



Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 07 de janeiro de 2026, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 58 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

A Chefe de Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada e conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Sofia Casas Novas